



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E
MATEMÁTICAS

Jônatas Barros e Barros

A ESCOLA NORMAL DO PARÁ E A INTRODUÇÃO DO ENSINO DAS
CIÊNCIAS NATURAIS NO PARÁ (1870 A 1930)

Belém – Pará

2010

Jônatas Barros e Barros

**A ESCOLA NORMAL DO PARÁ E A INTRODUÇÃO DO ENSINO DAS
CIÊNCIAS NATURAIS NO PARÁ (1870 A 1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, do Instituto de Educação Matemática e Científica, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de MESTRE EM EDUCAÇÃO na Área de concentração Educação em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. José Jerônimo de Alencar Alves.

Belém – Pará

2010

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –
Biblioteca do IEMCI, UFPA**

Barros, Jônatas Barros e.

A Escola Normal paraense e a introdução do ensino das Ciências Naturais no Pará/ Jônatas Barros e Barros, orientador Prof. Dr. José Jerônimo de Alencar Alves. – 2010.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Educação Matemática e Científica, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Belém, 2010.

1. Ciências – estudo e ensino (PA). 2. Ciência – história. 3. Escola Normal (PA) – Currículos. 4. Professores de ciências – Formação. I. Alves, José Jerônimo de Alencar, orient. II. Título.

CDD - 22. ed. 372.35



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E
MATEMÁTICAS

A ESCOLA NORMAL DO PARÁ E A INTRODUÇÃO DO ENSINO DAS CIÊNCIAS
NATURAIS NO PARÁ (1870 A 1930)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, do Instituto de Educação Matemática e Científica, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de MESTRE EM EDUCAÇÃO na Área de concentração Educação em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. José Jerônimo de Alencar Alves

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Jerônimo de Alencar Alves (Orientador)
Instituto de Educação Matemática e Científica - IEMC

Prof. Dr. Licurgo Peixoto de Brito
Instituto de Educação Matemática e Científica - IEMC

Prof. Dr. Ruy Guilherme de Castro Almeida
Universidade do Estado do Pará - UEPA

Prof. Dr. Iran Abreu Mendes
Universidade Federal de Rio Grande do Norte – UFRN

Obrigado meu Deus, tu que és Pai, Mãe, Filho e Espírito Santo pelo presente da vida e por permitir-me dedicar esta obra a Francisca Barros (dona caçula), Keila Borges e Jerônimo Alves, pelo inegável apoio, inúmeros conselhos e sublime dedicação.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto de Educação Matemática e Científica e ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemáticas, que acolheram meu projeto de pesquisa.

Ao Grupo de Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia na Amazônia (GESCTA) e ao Grupo de Pesquisa em Cultura e Subjetividade no Ensino de Ciências, pelo auxílio e contribuição oferecida.

Ao Prof. Dr. José Jerônimo de Alencar Alves, pela amizade de um amigo mais chegado que irmão, orientação atenciosa e experiência compartilhada.

Aos Profs. Drs. Iran Abreu Mendes, Licurgo Peixoto Brito e Ruy Guilherme Castro de Almeida pelas sugestões e avaliação criteriosa desta dissertação

A todos os amigos do IEMCI, especialmente ao professor Diego Ramon, que tem mostrado ser a cada dia um grande amigo e companheiro de pesquisa; aos professores Dércio Duarte, Vany Oliveira, Daniele Doroteia, Oneide Pojo e Marco Antônio, que estiveram presentes em momentos de trabalho e descontração.

Ao corpo de direção da Escola Estadual Fernando Ferrari, na pessoa da Diretora Maria de Lourdes e Vice-Diretora Elcilene, que sempre me apoiaram

Aos colegas e amigos da Escola Estadual Fernando Ferrari, especialmente ao professor Orlando Tadeu Leite, que solícitamente se disponibilizou para fazer a revisão ortográfica.

Aos amigos pessoais Isaque de Góes Costa, que tantas vezes me aconselhou a não tardar a escrever; Marcus Vinicius e Moises Maciel, que sempre incentivaram

Aos membros da Igreja Presbiteriana Unida da Amazônia, que sempre me apoiaram e incentivaram a transpassar esta etapa.

A todos os meus familiares que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão desta jornada. Entre os que contribuíram diretamente agradeço especialmente a Roseane Barros e Rauni Barros, que auxiliaram-me com seus conhecimentos da língua inglesa na tradução do resumo. Agradeço especialmente, com o sentimento de que se consegui concluir esta dissertação foi por causa de uma incomensurável contribuição de vocês, a Francisca Barros (dona Caçula), que é minha mãe; Keila Borges, que é minha esposa; e, Maria Dalva, que é minha tia.

RESUMO

A presente pesquisa tem o objetivo de analisar o currículo da Escola Normal do Pará, mais especificamente no que se refere as Ciências Naturais que constaram em sua estrutura, desde 1870 até 1930. Esta instituição foi criada em 1871 com o fim de formar professores para atuarem na instrução primária. Situada em Belém, que era o centro mais urbanizado da região, a Escola Normal estava entre as principais instituições da instrução pública paraense. As Ciências Naturais fizeram parte do primeiro currículo da Escola Normal do Pará, sendo elas a Física e a Química, contudo deixaram de fazer parte em 1874. O retorno das Ciências da Natureza se deu durante a Primeira República, por meio da Física, da Química e da História Natural, as quais se consolidaram ao longo deste período. A pesquisa analisa esta trajetória partindo do pressuposto que o currículo é um artefato social e histórico, sujeito a flutuações e que refletiu e continua a refletir as relações de poder envolvidas nos processos de seleção e transmissão cultural. Outra perspectiva analítica deste estudo considera o currículo como um meio de difusão científica, que também determina os modos que esta deve ocorrer. Sobre a difusão científica, parte-se do princípio que este processo não é simétrico, que os saberes científicos são criados em centros mais fortes e que ao serem difundidos para a periferia tem que interagir com a cultura que os recebe, os quais são conformados e modificados, sendo-lhes agregados valores diferentes dos que possuem nos países de centro. Assim, a pesquisa divide-se em três capítulos. O primeiro tem o objetivo de ver o desenvolvimento das Ciências Naturais no currículo do município do Rio de Janeiro, entre 1850 e 1890, que era a sede do governo central e o principal centro difusor de idéias para outras localidades do país, tanto em termos de educação quanto em outras áreas da administração pública. Com isso, analisa-se o desenvolvimento curricular do ensino primário, secundário e normal do Rio, mais especificamente em relação as Ciências Naturais, a partir das Reformas Coutto Ferraz (1854), Leôncio de Carvalho (1879) e Benjamin Constant (1890), as quais determinaram mudanças no currículo e na educação de modo geral. O segundo capítulo faz um resgate do desenvolvimento curricular da instrução pública primária e secundária paraense (1840-1870), isto para ver qual era o cenário curricular da instrução pública as vésperas da criação da Escola Normal, o que permite perceber e analisar que mudanças foram introduzidas por esta instituição neste contexto. O terceiro capítulo, num primeiro momento, revê a trajetória da Escola Normal do Pará e, num segundo momento, analisa-se o desenvolvimento do currículo normalista do Pará em relação as Ciências Naturais, de modo que é evidenciado a emergência e solidificação dos saberes científicos, tal como a distribuição de carga-horária em relação aos outros saberes e as próprias ciências constituintes do currículo.

Palavras Chaves: História da Escola Normal do Pará. História da Ciência. História do Currículo. Ciências Naturais. Ensino de Ciências

ABSTRACT

The objective of the present research is to analyse the curriculum of the Escola Normal Do Para, but to specify on what it will refer to Natural Science that maintained the structure since 1870- 1930. This institute was created in 1871 with the intention to graduate students to become primary schools teachers. Situated in the city of Belem which was the most developed city in the region, the Escola Normal was within the most important structured public institutions of Para. The Natural Science was part of the first curriculum of Escola Normal Do Para, the two being: Physics and Chemistry even though in 1874 these subjects stopped being part of the curriculum. The return of the natural science occurred in the first republic, being Physics, Chemistry and the Natural History. The subjects consolidated with in the period of the first republic. The research analyses this strategy is the presumption that the curriculum is an artifact of the history social, subjected as a change that was reflected and it still reflects today as a relation of power involved in the process of selection and cultural transmission. The other subject that is being analyzed is the considerate study in the curriculum to inform the scientific diffusion, part of the principle is that this process is not symmetric. The scientific knowledge is being created in the most central areas and is being expanded for the outskirts of the suburb, and the scientific knowledge has to interact with the suburban culture, which will be modified and shaped, receiving different values, rather than the ones who pursue them in central countries. The research divides itself in three chapters, the first one has an objective to view the development of the Natural Science of the curriculum in the city of Rio de Janeiro between 1850-1890. This was the central government's main plan, prior to expand the thoughts for more localization of the country, from the educational thoughts and areas of county council. Within that, we analyze the development of the curriculum in primary schools, secondary school, and "normal school" in Rio de Janeiro, to specify more in relation to the natural science from the change in law coming from Coutto Ferraz (1854), Leoncio de Carvalho (1879) and Benjamin Constant (1890) which has been determined with changes in the curriculum and the education in general. The second chapter makes a rescue of the curriculum development of the primary and secondary education of the state of Para (1840-1870), this was to view the scenery of the public guideline in the eve of the creation on the Escola Normal Do Pará, what permits to analyse the changes that the institution developed in the scenery . The third chapter in the first moment it reviews the trajectory of Escola Normal Do Pará, in the second moment analyses the development of the curriculum of Escola Norrnal do Pará in relations to the Natural Science, giving evidence that the emergency and the fixation of the scientific knowledge and the distribution of the hourly shift in relations to the others known's of the curriculum.

Keywords: History of Escola Normal do Pará. History of Science. História Curriculum. Natural Sciences. Science Teachings.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 - Porcentagem ocupada por cada campo de estudo de acordo com a Reforma de 1900.....54
- Gráfico 2 - Descrição em porcentagem da carga-horária total de 11h semanais destinadas as Ciências Naturais, conforme a Reforma de 1900.....55
- Gráfico 3 – Divisão em porcentagem, com seus respectivos destinos, do aumento de carga ocorrido com a Reforma de 1912.....57
- Gráfico 4 - Porcentagem ocupada por cada campo de estudo de acordo com a Reforma de 1912.....58
- Gráfico 5 – Descrição em porcentagem da carga-horária total de 11h semanais destinadas as Ciências Naturais, conforme a Reforma de 1912.....59

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Disciplinas que formavam o currículo da Instrução Primária Superior no Rio de Janeiro, em 1854, de acordo com a reforma Coutto Ferraz.....	20
TABELA 2 - DISCIPLINAS que formavam o currículo da Instrução Elementar no Rio de Janeiro, em 1854, de acordo com a Reforma Coutto Ferraz.....	21
TABELA 3 - Disciplinas que formavam o currículo das escolas do Primeiro Grau Primário no Rio de Janeiro, em 1879, de acordo com a Reforma Leoncio de Carvalho.....	22
TABELA 4 – Disciplinas que formavam o currículo das Escolas do Segundo Grau Primário no Rio de Janeiro, em 1879, de acordo com a Reforma Leoncio de Carvalho.....	23
TABELA 5 – Disciplinas que formavam o currículo das Escolas do 1º Grau Primário no Rio de Janeiro, em 1890, de acordo com a Reforma Benjamin Constant.....	24
TABELA 6 – Disciplinas que formavam o currículo das Escolas do 2º Grau Primário no Rio de Janeiro, em 1890, de acordo com a Reforma Benjamin Constant.....	25
TABELA 7 - Apresenta as disciplinas das Ciências Naturais que foram previstas para o currículo primário do Rio de Janeiro pelas Reformas Coutto Ferraz (1854), Leoncio de Carvalho (1879) e Benjamin Constant (1890).....	26
TABELA 8 – Disciplinas que formavam o currículo da Instrução Secundaria no Rio de Janeiro, em 1838, de acordo com o Regulamento nº 8, de 31 de janeiro, de 1838.....	27
TABELA 9 - Disciplinas que formavam o currículo da Instrução secundaria no Rio de Janeiro, em 1854, de acordo com a Reforma Coutto Ferraz.....	28

TABELA 10 – Disciplinas que formavam o currículo da Instrução Secundária no Rio de Janeiro, em 1890, de acordo com a Reforma Benjamin Constant.....	29
TABELA 11 – Apresenta as disciplinas das Ciências Naturais que foram previstas para o currículo primário do Rio de Janeiro pelas reformas Coutto Ferraz (1854), Leoncio de Carvalho (1879) e Benjamin Constant (1890).....	30
TABELA 12 – Disciplinas que formavam o currículo do Ensino Normal do Rio de Janeiro, conforme a Reforma Leoncio de carvalho de 1879.....	32
TABELA 13 – Disciplinas que formavam o currículo do Ensino Normal do Rio de Janeiro, conforme a Reforma de 1888.....	33
TABELA 14 – Disciplinas que formavam o currículo do Ensino Normal do Rio de Janeiro, conforme a Reforma Benjamin Constant, de 1890.....	34
TABELA 15 – Disciplinas que formavam o currículo Primário do Pará, dividido em duas Classes, conforme Lei nº 97, de 28 de junho de 1841.....	36
TABELA 16 – Currículo da Escola Primária de 1º e 2º grau da Província do Pará, de acordo com a Lei nº 203, de 27 de Outubro de 1851.....	37
TABELA 17 – Currículo da Escola Primária Inferior e Superior da Província do Pará, de acordo com a Lei nº 664, de 31 de outubro de 1870.....	38
TABELA 18 – Currículo dos cursos de Humanidades e Comércio do Liceu Paraense, de acordo com a Lei nº 97 de 28 de Junho de 1841.....	39
TABELA 19 – Currículo Ensino Secundário do Pará proporcionado pelo Liceu Paraense, de acordo com Relatório Provincial de 1852.....	40
TABELA 20 – Disciplinas que formavam o currículo do Colégio Paraense de acordo com o Regulamento de 12 de maio de 1868.....	42

TABELA 21 – Disciplinas que formavam o currículo da Escola Normal Primária do Pará, de acordo com a portaria de 9 de junho de 1874.....	52
TABELA 22 – Apresenta as disciplinas que formavam o currículo da Escola Normal do Pará, discriminadas de acordo com áreas de estudos, conforme Reforma de 1900.....	53
TABELA 23 - Apresenta as disciplinas que formavam o currículo da Escola Normal do Pará, discriminadas de acordo com áreas de estudos, conforme Reforma de 1912.....	56
TABELA 24 – Apresenta as disciplinas que formavam o currículo da Escola Normal do Pará, discriminadas de acordo com áreas de estudos, conforme Reforma de 1914.....	59
TABELA 25 – Apresenta as disciplinas que formavam o currículo da Escola Normal do Pará, discriminadas de acordo com áreas de estudos, conforme Reforma de 1924.....	60

SUMÁRIO

Introdução.....	14
1 Capítulo - As Ciências Naturais nos Currículos Primário e Secundário na Capital do País, Rio de Janeiro, (1850 a 1890).....	19
1.1 – Ensino Primário.....	20
1.2 - Ensino Secundário.....	27
1.3 - Ensino Normal.....	30
2 Capítulo – Os Currículos da Instrução Primária e Secundária do Pará (1840-1870).....	36
3 Capítulo – O Movimento das Ciências Naturais no Currículo da Escola Normal do Pará (1870 – 1930).....	44
3.1 – Criação e Organização da Escola Normal do Pará.....	44
3.2 – As Ciências Naturais na Escola Normal do Pará.....	50
Considerações.....	62
Bibliografias.....	65
Leis, Decretos e Regulamentos da Instrução Pública do Rio de Janeiro	69
Leis, Resoluções e Portarias do Pará.....	70
Falas e Relatórios dos Administradores da Província do <i>Gram-Pará</i>	71
Lista de Anexos.....	72

INTRODUÇÃO

De acordo com Hobsbawm (2009, p 406 - 408), a partir da segunda metade do século XIX, o maior avanço intelectual no Mundo Moderno foi o desenvolvimento maciço da instrução, o que contribuiu para uma difusão ampla das ciências. O número de professores de primeiro e segundo grau aumentou significativamente e as certezas racionais das ciências foram “o que as massas recém-instruídas de leigos absorveram e aceitaram”.

A partir de 1850, houve uma valorização das Ciências Naturais em diversas partes do globo. Nos países europeus, que eram centros produtores e difusores do conhecimento científico, emergiram movimentos científicas como o Positivismo e o Darwinismo Social¹. O primeiro difundia a hegemonia das ciências; o segundo, a aplicação da teoria evolucionista de Darwin e Spencer nas sociedades humanas.

No Brasil, ilustrados da época assimilaram tais idéias científicas, entre eles Benjamin Constant², que foi um dos patronos da República e, no início desse regime, foi Ministro da Guerra e depois da Instrução Pública. A valorização das Ciências também pode ser observada pelo crescimento do número de instituições voltadas para a difusão científica, como a criação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro³, em 1874, que foi um dos principais celeiros de formação científica e difusão da filosofia positivista do país. A criação da Escola de Minas de Ouro Preto, em 1875, foi importante, visto que contribuiu, de acordo com Carvalho (1978), para cristalizar as ciências geológicas no Brasil.

A nação também sentiu os reflexos de mudanças que ocorreram no panorama científico na virada do século XIX para o XX, como o ocorrido nas Ciências. Convém lembrar a repercussão das observações científicas sobre o eclipse solar de 1919. Pesquisadores do Observatório Nacional do Rio de Janeiro foram a Sobral realizar pesquisas sobre fenômenos solares, encontrando-se lá com os que vieram de Londres com o intuito de verificar a possível veracidade da teoria

¹ Sobre o Darwinismo Social ver Bergo, 1993, *Darwinismo Social e Educação no Brasil...*

² Benjamin Constant, 1836 a 1891, é considerado um patrono da República brasileira; estudou matemática, astronomia e ciências físicas; era seguidor do positivismo de Comte; foi professor na Escola Normal de Niterói, no Colégio Dom Pedro II e na Escola Superior da Guerra; e foi o primeiro diretor da instrução pública nacional durante a Primeira República, vindo a promover uma reforma na educação conhecida como Reforma Benjamin Constant.

³ A Escola Politécnica do Rio de Janeiro tem como precursoras a Academia Real Militar, criada em 1810, e a Escola Central, fundada em 1858, foi um dos principais celeiros de formação da elite brasileira, principalmente os envergados para as ciências, como Benjamin Constant.

da Relatividade de Einstein. Maior repercussão ainda ocorreu com a visita de Einstein ao Brasil, em 1925, para proferir palestras sobre o tema⁴.

Em relação à valorização das ciências, o Pará passou por processos semelhantes aos de outras regiões do país, a partir de 1850. Criou-se nesta Província, uma Associação Filomática, em 1866, por um grupo de pessoas ilustres, entre os quais Ferreira Pena⁵, que tinha em comum o interesse pelo desenvolvimento das Ciências da Natureza na região. O principal objetivo dessa Associação foi fundar um Museu de Etnografia e História Natural, o qual se chamou Museu Paraense e é atualmente denominado Museu Emílio Goeldi, que dentre outras atividades, tinha a intenção de ministrar preleções de História Natural e oferecer lições de hidrografia (conteúdo atrelado as Ciências Físicas na época), cujo propósito era estudar a umidade relativa do ar⁶.

Outro indicativo de que, neste momento, o prestígio das ciências aumentava no Pará, foi a marca que o cientificismo imprimiu na trajetória de paraenses ilustrados da época, como no caso do governador do Estado do Pará Lauro da Silva Nina Sodré⁷, que era formado em Ciências Físicas e Matemáticas pela Escola Central, onde absorveu a filosofia positivista. Lauro Sodré foi um dos principais líderes da política paraense, ocupando o cargo máximo do governo pela primeira vez de 1891 a 1897 e novamente de 1917 a 1920. Na sua trajetória administrativa se percebe a influência da filosofia positivista

França (1997) informa que o Liceu Paraense, criado em 1841, com o fim de proporcionar a instrução secundária, inseriu as Ciências Naturais em seu currículo pela primeira vez em 1851, por meio da disciplina Noções de Física, Química e Botânica, que não chegou a ser ministrada. Outro momento da introdução de disciplinas científicas no currículo do Liceu se deu em 1868, quando se criou a cadeira Química e Física, que ficou ativa na instituição até 1870. A partir de então, somente durante a Primeira República o ensino dessas Novas Ciências retornaram ao Liceu Paraense⁸, sendo as disciplinas Física, Química e História Natural.

⁴ Sobre a história de Einstein ver ALVES, 2000, *Luzes que se Encurvam no Céu: Einstein Mito e Ciência...*

⁵ Ferreira Pena (1818 a 1888) foi um ilustrado com importante ação política, científica e educacional na Província do Pará. Entres suas marcas na região está a idealização do Museu Paraense. Sobre a história de Ferreira Pena ver Pena (2010) *Bases para o espírito: Ferreira Pena, ciência e educação na Província do Grão-Pará (1866-1891)*...

⁶ Sobre o ensino promovido pelo Museu Paraense ver Machado, 2010,

⁷ Sobre o positivismo de Lauro Sodré, ver ALVES(2005), *O Cientificismo da França para Amazônia. O Positivismo de Lauro Sodré*

⁸ Sobre a História do Liceu Paraense ver FRANÇA (1997) *Raízes Históricas do Ensino Secundário público na*

A Escola Normal do Pará foi criada em 1871 com o fim de formar professores, de ambos os sexos, para atuarem na instrução primária da província. Esta instituição foi instalada em Belém, que na época era o centro mais urbanizado da região. A Escola Normal se caracterizava por ser um dos principais estabelecimentos da instrução pública no período estudado por esta pesquisa (1870-1930). Alguns resgates históricos sobre Escola Normal do Pará já foram realizados, como o livro *Apontamento para a História do Instituto de Educação do Pará* de Altamir Souza, contudo são insipientes para se compreender a trajetória da Escola Normal do Pará, mas servem como ponto de partida para que pesquisas sobre esta instituição sejam realizadas. Como se percebe, a Escola Normal do Pará foi criada num momento em que a valorização das Ciências Naturais estavam em pleno curso, inclusive no Pará, o que deve ter tido ressonância nos currículos desta instituição.

O objetivo da presente pesquisa é analisar o currículo da Escola Normal do Pará, mais especificamente no que se refere às Ciências Naturais que constaram em sua estrutura, desde 1870 até 1930, com o intuito de saber até que ponto essa instituição refletiu o avanço dessas ciências no Mundo Moderno.

A data de criação da Escola Normal é a justificativa para o período inicial deste estudo, 1870; enquanto que para o momento final se escolheu 1930, término da Primeira República, pois abrange a última Reforma regulamentar sofrida pela instituição neste período, em 1924.

Os currículos escolares são importantes porque indicam os modos de difusão dos conhecimentos em um determinado contexto. Estudos sobre a difusão científica ganharam importância na historiografia a partir do momento em que a história das descobertas científicas passou a ser considerada insuficiente para se compreender as ciências.

O processo de difusão científica não é simétrico. Há centros que tem maior poder de legitimar como ciência os conhecimentos que produzem e difundir para os demais (Polanco, 1989). Os currículos são instrumentos de difusão de conhecimento, inspirados em modelos criados em centros mais fortes. Ao serem implantados nas localidades periféricas, podem passar por modificações, de modo a se adaptar às culturas receptoras. De qualquer modo, algumas disciplinas são

inseridas e outras retiradas dos currículos, que estão sujeitos a flutuações sociais e históricas, que os faz em estar num constante fluxo de transformações:

Antes de tudo, é natural que uma história do currículo nos ajude a ver o conhecimento corporificado no currículo não como algo fixo, mas como um artefato social e histórico, sujeito a flutuações. O currículo, tal como o conhecemos atualmente não foi estabelecido, de uma vez por todas, em algum ponto privilegiado do passado. Ele está em constante fluxo e transformação (SILVA, 2008, p7)

O currículo, portanto, não é fruto do acaso nem determinado num processo evolutivo natural em direção à melhor composição. Pelo contrário, ele reflete o contexto histórico-social da época e as relações de poder envolvidas nos processos de seleção e transmissão culturais.

as disciplinas escolares como construtos sócio-culturais, historicamente contingentes. (...) herdeiras de processos de seleção e transmissão culturais devedores de disputas que procuram afirmar ou infirmar saberes, práticas e condutas, que definiram e continuam a definir o lugar de indivíduos, grupos ou classes na organização da cultura. (OLIVEIRA, 2007, p 266)

Assim, a pesquisa parte do princípio de que a trajetória das Ciências Naturais no currículo normalista do Pará não foi fruto do acaso ou que se deu em um processo evolutivo natural. Pelo contrário, como veremos, a Escola Normal do Pará, por meio do currículo, refletiu o momento histórico e social da época e as relações de poder, as quais são expressas na escolha de um saber em detrimento de outro, ou melhor, do saber científico em prejuízo de outro.

A presente pesquisa está dividida em três capítulos. O primeiro nos apresenta uma visão geral da configuração do ensino Normal, Primário e Secundário no município do Rio de Janeiro, entre 1850 e 1990, que era capital do Brasil e importante centro difusor de idéias para o restante do país. A intenção é observar até que ponto as ciências estavam presentes nesses currículos.

O segundo capítulo resgata o contexto dos currículos do ensino primário e secundário do Pará, as vésperas da criação da Escola Normal do Pará em 1871. A intenção é perceber até que ponto as Ciências Naturais constaram nestes currículos. Com este resgate se pode ver que mudanças a Escola Normal promoveu neste cenário.

O terceiro capítulo tem como título “A Escola Normal do Pará e a Emergência do Ensino das Ciências Naturais (1870-1930)”. O objetivo principal dele é fazer uma

análise do processo de instituição das Ciências Naturais no currículo da escola normalista em questão. Para isso, se faz um levantamento da trajetória da Escola Normal do Pará, buscando apresentar quando e com que fim foi criada, como foi organizada e sua destinação. Por fim, faz-se um resgate do desenvolvimento curricular da Escola, de modo que se busca analisar a relação das Ciências Naturais com o restante das disciplinas.

CAPÍTULO 1

AS CIÊNCIAS NATURAIS NOS CURRÍCULOS DAS ESCOLAS NA CAPITAL DO PAÍS, RIO DE JANEIRO, (1850 A 1890)

Para analisar o movimento das Ciências Naturais no currículo da Escola Normal do Pará é importante observar o currículo das escolas do Rio de Janeiro, entre 1850 e 1890, sobretudo no que diz respeito às Ciências. O Ato Adicional de 1834 confiou às províncias a responsabilidade de manter e legislar sobre a instrução primária e secundária. O Poder Central ficou responsável por essa educação básica apenas no município do Rio de Janeiro e pelo ensino superior em todo o Império:

Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834:

Art. 10 – Compete às mesmas Assembléias legislar:

§ 2º Sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de Medicina, os Cursos Jurídicos, Academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem criados por lei geral. (NOGUEIRA, 2001, p 108)

Este município era a capital do país e o principal centro difusor de idéias para outras regiões da nação. Como veremos, os currículos desta capital foram modificados por meio das Reformas Coutto Ferraz (1854), Leôncio de Carvalho (1879) e Benjamin Constant (1890).

Nesta configuração, que conferia ao Poder Central a função de administrar apenas a educação primária e secundária do Rio de Janeiro, se aprovou, em 1854, a Reforma Coutto Ferraz⁹, que deliberou um novo Regulamento para esses níveis educacionais. De acordo com Zotti (2006), esta Reforma foi inspirada em concepções francesas, o que demonstra ser a França um centro difusor de idéias educacionais para o Brasil.

⁹ A Reforma Couto Ferraz (decreto nº 1331 de 17 de fevereiro de 1854) pode ser consultada na íntegra em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/artigo_004.html

1.1 – Ensino Primário

A Reforma Coutto Ferraz dividiu o Ensino Primário da capital do país em duas “classes”. A primeira foi identificada como “instrução elementar” e oferecida pelas “Escolas Primárias de Primeiro Grau”. A segunda “classe”, denominada de “instrução primária superior”, era ministrada nas “Escolas de Segundo Grau”. As Ciências Naturais constavam somente no currículo do segundo grau, com a disciplina “*Princípios das Ciências Físicas e da História Natural aplicáveis ao uso da vida*”. Além destas ciências esse currículo previa matérias das áreas da Matemática, Geografia, Agricultura e outras (ver tabela 1).

TABELA 1

Disciplinas que formavam o currículo da Instrução Primária Superior no Rio de Janeiro, em 1854, de acordo com a Reforma Coutto Ferraz

Disciplinas
Princípios das Ciências Físicas e da História Natural aplicáveis ao uso da vida
<i>Desenvolvimento da Aritmética em suas aplicações práticas</i>
<i>Geometria Elementar</i>
<i>Elementos de Geografia, principalmente do Brasil</i>
<i>Agrimensura</i>
Desenho Linear
Leitura Explicada dos Evangelhos e Noticias da História Sagrada
Estudos mais Desenvolvidos do Sistema de Pesos e Medidas, não só do Município da Corte, como das Províncias do Império e das Nações com que o Brasil tem mais relações comerciais.
Ginástica
Noções de Música e Exercícios de Canto

Fonte: Decreto nº 1.331 de 17 de Fevereiro de 1854. Coleção das Leis do Império do Brasil.

É importante atentar, nesta tabela, que as Ciências Naturais previstas neste currículo pretendiam ser aplicáveis à vida. Por outro lado, as disciplinas científicas previstas para o currículo primário pela Reforma Coutto Ferraz estavam inseridas nas idéias de “modernização” no Brasil.

a introdução de novas disciplinas nos programas do ensino primário, especialmente ciências (...) articulou-se com a linguagem da modernidade, isto é, a justificativa para a inclusão desses conteúdos culturais assinalava as contribuições que eles trariam para a modernização. (SOUZA 2000, p 12)

As Ciências Naturais não faziam parte do currículo das Escolas Primárias de Primeiro Grau, que era formado por disciplinas das Matemáticas, Línguas, Religião e outras (ver tabela 2).

TABELA 2

Disciplinas que formavam o currículo da Instrução Elementar no Rio de Janeiro, em 1854, de acordo com a Reforma Coutto Ferraz

Disciplinas
Princípios elementares da Aritmética
Leitura e Escrita
Noções Essenciais de Gramática
Instrução Moral e Religiosa
Sistemas de Pesos e Medidas do Município
Bordado e Trabalhos de Agulhas mais necessários <i>(disciplina exclusiva para o sexo feminino)</i>

Fonte: BRASIL. Decreto n° 1.331 de 17 de Fevereiro de 1854.

Zotti (2006) afirma que efetivamente somente este currículo foi cumprido, enquanto que o do segundo grau não saiu do papel, logo as Ciências Naturais não chegaram a ser ensinadas. Para a autora o Ensino Primário se reduziu a aulas de leitura, escrita e cálculo.

A Reforma Leôncio de Carvalho¹⁰, ocorrida em 1879, determinou outra mudança na legislação da instrução pública do Rio de Janeiro. Nesta Reforma a Instrução Primária continuou dividida em dois graus e as Ciências Naturais permaneceram no currículo do segundo grau, semelhante à Reforma Couto Ferraz, de 1854.

A disciplina científica prevista pela Reforma Leôncio de Carvalho para o currículo primário era denominada *Noções de Física, Química e História Natural, com explicação de suas principais aplicações à indústria e ao uso da vida*. A intenção de se ensinar Química e a relação dos saberes científicos com a indústria foram novidades, visto que não foram previstas pela Reforma Coutto Ferraz.

O Currículo do primeiro grau primário continuou sem prever o ensino das Ciências Naturais, ainda que o número de disciplinas tenha aumentado. Assim, abrangeu as áreas da matemática, língua nacional, artes e outras (ver tabela 3).

¹⁰ A Reforma Leoncio de Carvalho (Decreto n° 7.247 de 19/04/1879) pode ser encontrada na íntegra em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/artigo_009.html

TABELA 3

Disciplinas que formavam o currículo das escolas do Primeiro Grau Primário no Rio de Janeiro, em 1879, de acordo com a Reforma Leoncio de Carvalho.

Disciplinas
Instrução Moral
Instrução Religiosa
Leitura
Escrita
Noções Essenciais de Gramática
Princípios Elementares de Aritmética
Sistema Legal de Pesos e Medidas
Noções de História e Geografia do Brasil
Elementos de Desenho Linear
Rudimentos de Musica com Exercícios de Solfejo e Canto
Ginástica
Noções de Coisas

Fonte: BRASIL. Lei N° 7.247 de 19 de Abril de 1979.

Nesta tabela é importante observar a disciplina denominada Noções de Coisa, que tinha a intenção de ser uma aplicação concreta do método intuitivo, tão difundido a partir da segunda metade do século XIX e que adquiriu estreitas relações com as Ciências.

Diferentemente do currículo do primeiro grau, as Ciências Naturais apareceram no currículo do segundo grau primário. A disciplina *Noções de Física, Química e História Natural, com explicação de suas principais aplicações a indústria e ao uso da vida* dividiu o espaço curricular com a continuação das disciplinas do currículo do primeiro grau, tal como as Matemáticas, com os saberes agrícolas e outros (ver tabela 4).

TABELA 4

Disciplinas que formavam o currículo das escolas do Segundo Grau Primário no Rio de Janeiro, em 1879, de acordo com a Reforma Leôncio de Carvalho.

Disciplinas
Noções de Física, Química e História Natural, com explicação de suas principais aplicações a indústria e ao uso da vida.
Princípios Elementares de Álgebra e Geometria
Noções de Lavoura e Horticultura
Noções Gerais dos Deveres do Homem e do Cidadão, com explicação sucinta da organização política do Império
Continuação das disciplinas do primeiro grau

Fonte: BRASIL. Lei N° 7.247 de 19 de Abril de 1979.

Nesta tabela, é relevante se atentar para a introdução dos saberes da agricultura, isto porque no currículo primário estes conhecimentos foram associados às Ciências Naturais, como veremos na próxima Reforma, de 1890.

A Reforma Benjamin Constant, em 1890, determinou um novo regulamento para o ensino primário do Rio de Janeiro, que continuou dividido em dois graus, propiciados pelas Escolas Primárias do 1° Grau e Escolas Primárias de 2° Grau, semelhante à Reforma Leôncio de Carvalho, de 1879. O novo regimento inovou ao dividir o primeiro grau em três níveis: Elementar, para crianças de 7 a 9 anos; Médio, para discentes de 9 a 11 anos e o Superior, para o alunado de 11 a 13. A Escola Primária do 2° Grau era destinada a discentes na faixa etária de 13 a 15 anos.

As Ciências Naturais, nesta nova configuração, foram previstas no currículo dos dois graus primários, diferentemente da Reforma anterior, de 1879, que previa o ensino de ciências somente no 2° grau primário. A Reforma Benjamin Constant acrescentou, no currículo da “Escola Primária do 1° Grau”, a disciplina científica ***Lições de Cousas e Noções Concretas de Ciências Physicas e Historia Natural***, excluindo a disciplina ***Noções de Cousas***, previstas pela Reforma Leôncio de Carvalho. As outras disciplinas curriculares estavam nos campos da Matemática, Agricultura, Geografia e outros (ver tabela 5).

TABELA 5

Disciplinas que formavam o currículo das Escolas do 1º Grau Primário no Rio de Janeiro, em 1890, de acordo com a Reforma Benjamin Constant.

Disciplina
LIÇÕES DE COUSAS E NOÇÕES CONCRETAS DE SCIENCIAS PHYSICAS E HISTORIA NATURAL
Contar e calcular. Arithmetica pratica até regra de tres, mediante o emprego, primeiro dos processos espontaneos, e depois dos processos systematicos
Systema metrico precedido do estudo da geometria pratica (tachymetria)
Noções praticas de agronomia
Elementos de geographia e historia, especialmente do Brazil
Leitura e Escrita
Ensino Prático da Língua Portuguesa
Instrucção moral e cívica
Desenho;
Elementos de musica
Gymnastica e exercicios militares
Trabalhos manuaes (para os meninos)
Trabalhos de agulha (para as meninas)

Fonte: BRASIL. Decreto n°. 981 - de 8 de novembro de 1890

Nesta tabela, deve-se atentar para o fato de que as Ciências Físicas e a História Natural foram associadas à Lição de Coisas, que na Reforma Leôncio de Carvalho aparecia sozinha, sob o nome de Noções de Coisas. A Química, que fazia parte desta Reforma, deixou de constar na Benjamin Constant.

Nas Escolas Primárias do 2º Grau, as Ciências Naturais se fizeram presentes por meio da disciplina *Elementos de Sciencias Physicas e Historia Natural Applicaveis ás Industrias, á Agricultura e á Hygiene*. Esta matéria juntamente com saberes das Matemáticas, Geografias e outros, formaram o currículo do 2º grau primário (ver tabela 6).

TABELA 6

Disciplinas que formavam o currículo das escolas do 2º Grau Primário no Rio de Janeiro, em 1890, de acordo com a Reforma Benjamin Constant.

Disciplina
Elementos de ciencias physicas e historia natural applicaveis ás industrias, á agricultura e á hygiene;
Arithmetica (estudo complementar). Algebra elementar. Geometria e trigonometria
Geographia e historia, particularmente do Brazil
Portuguez
Elementos de lingua franceza
Calligraphia
Noções de direito patrio e de economia politica
Desenho de ornato, de paisagem, figurado e topographico
Musica
Gymnastica e exercicios militares
Trabalhos manuaes (para os meninos)
Trabalhos de agulha (para as meninas)

Fonte: BRASIL. Decreto n°. 981 - de 8 de novembro de 1890

É importante observar, nesta tabela, que a Química continuou sem aparecer. Os saberes das Ciências Naturais foram representados pelas Ciências Físicas e História Natural, que estavam relacionados com a aplicabilidade na indústria, na agricultura e na higiene. Esta relação explícita com a agricultura e higiene foi uma novidade, visto que a reforma anterior, de 1879, relacionou os saberes científicos à indústria e ao “uso da vida”.

Assim, de modo geral, na segunda metade do século XIX, ou melhor, entre 1854 e 1890, as Ciências Naturais passaram a fazer parte do currículo das escolas primárias do Rio de Janeiro, capital do país, por meio da Física, Química e História Natural, como bem pode se perceber na tabela 7.

TABELA 7

Apresenta as disciplinas das Ciências Naturais que foram previstas para o currículo primário do Rio de Janeiro pelas Reformas Coutto Ferraz (1854), Leoncio de Carvalho (1879) e Benjamin Constant (1890).

ENSINO PRIMÁRIO	
Reforma na Instrução Pública do Rio de Janeiro	Disciplinas das Ciências Naturais
Reforma Coutto Ferraz (1854)	Princípios das Ciências Físicas e da História Natural aplicáveis ao uso da vida (2° grau)
Reforma Leoncio de Carvalho (1879)	Noções de Física, Química e História Natural, com explicação de suas principais aplicações a indústria e ao uso da vida. (2° grau)
Reforma Benjamin Constant (1890)	LIÇÕES DE COUSAS E NOÇÕES CONCRETAS DE SCIENCIAS PHYSICAS E HISTORIA NATURAL (1° Grau)
	Elementos de ciencias físicas e historia natural applicaveis ás industrias, á agricultura e á hygiene (2° Grau)

Fontes: BRASIL. Decreto nº 1.331 de 17 de Fevereiro de 1854.

BRASIL. Lei Nº 7.247 de 19 de Abril de 1979

BRASIL. Decreto nº. 981 - de 8 de novembro de 1890

A inserção dessas ciências nesse nível de ensino foi considerada importante por Rui Barbosa em seu parecer sobre a Instrução Pública no Brasil, de 1883, porque contribuiria para “o desenvolvimento intelectual da criança gerando hábitos de curiosidade, observação, investigação e para o desenvolvimento econômico e o progresso social” (SOUZA 2000, p 21).

Durante o Império, as Ciências Naturais, no currículo primário do Rio de Janeiro, estiveram direcionadas para uma aplicabilidade à vida cotidiana e à indústria, diferentemente do início da Primeira República, quando foi promulgada a Reforma Benjamin Constant, que as direcionou para aplicação na higiene e na agricultura, além de manter a indústria no rol de aplicação.

Nesta trajetória curricular, o método intuitivo, conhecido como *Lição de Coisas*, foi adquirindo espaço e sendo fortemente ligado ao ensino das Ciências Naturais. Souza (2000, p 22), ao tratar da relação entre este método e o ensino de ciências, afirma que “as lições de coisas possibilitaram e, de certa forma,

potencializaram a tradução do conhecimento científico em *noções elementares* para o uso nas escolas”.

As legislações sobre a instrução pública, no Rio de Janeiro, Coutto Ferraz, Leôncio de Carvalho e Benjamin Constant não tiveram implicações somente no ensino primário, mas também na Instrução Secundária.

1.2 – Ensino Secundário

No Rio de Janeiro, capital do país, o ensino secundário era ministrado pelo Colégio Dom Pedro II, criado em 1837, como modelo para os estabelecimentos secundaristas das províncias. No regulamento desta instituição, de 1838, as Ciências Naturais que faziam parte do currículo eram Astronomia, História Natural, Física e Química. Os outros saberes eram do campo da Matemática, Geografia, Línguas e outros (ver tabela 8)

TABELA 8

Disciplinas que formavam o currículo da Instrução Secundária no Rio de Janeiro, em 1838, de acordo com o Regulamento N° 8, de 31 de janeiro, de 1838

Disciplinas
Astronomia
História Natural – zoologia, botânica e mineralogia
Ciências Físicas - Física e Química
Matemática
Geografia
História
Gramática Nacional
Retórica e Poética
Francês
Inglês
Latim
Grego
Filosofia
Desenho
Música Vocal

Fonte: BRASIL. REGULAMENTO n° 8 de 31 de Janeiro de 1838.

Nesta tabela pode-se observar que três cadeiras configuravam as Ciências Naturais: *Astronomia*, *História Natural* e *Ciências Físicas*. A carga-horária destinada a estas ciências foi de treze horas, que correspondeu a 6,3% do currículo.

A reforma Coutto Ferraz, de 1854, manteve a presença da História Natural, da Física e da Química no currículo secundarista. Os outros saberes que faziam parte deste programa de ensino eram do campo da Matemática, Geografia e História, Línguas e Outros (ver tabela 9).

TABELA 9

Disciplinas que formavam o currículo da Instrução Secundária no Rio de Janeiro, em 1854, de acordo com a Reforma Coutto Ferraz

Disciplinas
História Natural – com primeiras noções de zoologia, botânica, mineralogia e geologia
Física e Química – compreendendo somente os princípios gerais e os mais elementares ao uso da vida.
Matemática elementar
História e Geografia
Retórica e Poética, que também compreenderá o ensino da língua e literatura nacional
Francês
Inglês
Alemão
Latim
Grego
Filosofia Racional e Moral
Artes de desenho, música e dança
Ginástica

Fonte: BRASIL. Decreto nº 1.331 de 17 de Fevereiro de 1854.

Pode-se constatar, nesta tabela, constituinte da Reforma Coutto Ferraz, que a disciplina Astronomia, que fazia parte do currículo de 1838, foi retirada. Ainda se pode perceber que duas disciplinas científicas faziam parte do currículo desta Reforma. A primeira se denominava *História Natural*, que deveria trabalhar as primeiras noções de Zoologia, Botânica, Mineralogia e Geologia. Neste caso, a Geologia é um diferencial, visto que não constava no currículo de 1838. A segunda cadeira se chamava *Física e Química* e tinha a intenção de ter uma aplicabilidade no “uso da vida”.

A Reforma Leoncio de Carvalho, de 1879, não fez determinações que modificassem o ensino das Ciências Naturais. Contudo, este quadro foi modificado pela Reforma Benjamin Constant, de 1890. As Ciências Naturais, que faziam parte do currículo da escola secundária, de acordo com esta nova reforma, eram

Mecânica, Astronomia, Física, Química, História Natural e Biologia. Os outros saberes pertenciam ao campo da Matemática, Geografia, Línguas e outros (ver tabela 10).

TABELA 10

Disciplinas que formavam o currículo da Instrução Secundária no Rio de Janeiro, em 1890, de acordo com a Reforma Benjamin Constant

Disciplinas
Mecânica e Astronomia
Física
Química
História Natural
Biologia
Matemática
Geografia
Literatura Nacional
Português
Francês
Inglês
Alemão
Latim
Grego
Sociologia e Moral
História do Brasil
História Universal
Desenho
Música
Ginástica e evolução militares e esgrima

Fonte: BRASIL. Decreto nº 981 de 8 de Novembro de 1890.

Enquanto que anteriormente à reforma Benjamin Constant as Ciências eram representadas somente pelas disciplinas **História Natural** e **Física e Química**, percebe-se nesta reforma a permanência destas disciplinas e o retorno da Astronomia e a inserção da Mecânica e da Biologia.

Assim, na trajetória do ensino secundário do Rio de Janeiro, durante o Império e o início da Primeira República, mais especificamente de 1838 até 1890, sempre se previu o ensino das Ciências Naturais. Entre elas, a História Natural, a Física e a Química. A Astronomia fazia parte, em 1838, contudo na reforma Coutto Ferraz, de 1854, se fez ausente, vindo a retornar com a reforma Benjamin Constant, em 1890, que inseriu a Biologia e a Mecânica (ver tabela 11). Além do ensino secundário, as reformas também contemplavam o ensino normal.

TABELA 11

Apresenta as disciplinas das Ciências Naturais que foram previstas para o currículo primário do Rio de Janeiro pelas reformas Coutto Ferraz (1854), Leoncio de Carvalho (1879) e Benjamin Constant (1890).

ENSINO SECUNDÁRIO	
Reforma na Instrução Pública do Rio de Janeiro	Disciplinas das Ciências Naturais
1838	Astronomia; História Natural (zoologia, botânica e mineralogia); Ciências Físicas (<i>Física e Química</i>)
Reforma Coutto Ferraz (1854)	História Natural (com primeiras noções de zoologia, botânica, mineralogia e geologia) ; Física e Química (compreendendo somente os princípios gerais e os mais elementares ao uso da vida).
Reforma Leoncio de Carvalho (1879)	Não fez considerações específicas
Reforma Benjamin Constant (1890)	Mecânica e Astronomia, Física, Química, História Natural, Biologia

Fontes: BRASIL. Decreto nº 1.331 de 17 de Fevereiro de 1854.

BRASIL. Lei Nº 7.247 de 19 de Abril de 1979

BRASIL. Decreto nº. 981 - de 8 de novembro de 1890

1.3 – Ensino Normal.

A Reforma Coutto Ferraz, de 1854, não contemplou o Ensino Normal, diferentemente da Leôncio de Carvalho, de 1879, que o abordou especificamente. Ainda que o Poder Central, com relação a esse campo educacional, constitucionalmente, tivesse obrigadoriedades administrativas somente com a capital do País, a reforma sinalizou a possibilidade de uma ação em prol dessa modalidade de instrução por todo o Brasil. O Decreto Leôncio de Carvalho concedeu ao governo o direito de criar escolas normais nas províncias, bibliotecas e museus nas localidades em que houvesse instituições normalistas e conceder o título de Escolas Normais Livres a instituições particulares que já funcionassem regularmente há pelo menos cinco anos e que apresentassem, no mínimo, quarenta discentes aprovados nas disciplinas das escolas normais oficiais.

DECRETO N. 7247 – DE 19 DE ABRIL DE 1879

Reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o Superior em todo o Império

Art 8º O Governo poderá:

§ 5º Criar ou auxiliar Escolas Normais nas províncias

§ 6º Conceder aos estabelecimentos deste gênero fundados por particulares e que, tendo funcionado regularmente por mais de 5 anos, apresentarem 40 alunos pelo menos aprovados em todas as matérias que constituem o curso das escolas normais oficiais, o título de *Escola Normal livre* com a mesma prerrogativas de que gozam aquelas

(...)

§ 10º Fundar ou auxiliar bibliotecas e museus pedagógicos nos lugares onde houver Escolas Normais. (BRASIL, 1879, p 196)

O interesse de promover estas ações em prol do ensino normal, de acordo com Tanuri (2000, p 66), contribuiu para o crescimento do número de escolas normais pelo país, de modo que passou de quatro, em 1867, para vinte e duas, em 1883.

As Ciências Naturais constaram na configuração do currículo normal determinado pela reforma Leôncio de Carvalho. A disciplina era *Elementos das Ciências Físicas e Naturais e de Fisiologia e Higiene*. O currículo também continha saberes do campo da Agricultura, Matemática, Línguas, etc. (ver tabela 12).

TABELA 12

Disciplinas que formavam o currículo do Ensino Normal do Rio de Janeiro conforme a Reforma Leoncio de carvalho de 1879

Disciplina
Elementos de Ciências Físicas e Naturais e de Fisiologia e Higiene
<i>Princípios de Lavoura e Horticultura</i>
<i>Prática do Ensino Intuitivo ou Lição de Coisas</i>
Aritmética, Álgebra, e Geometria
Metrologia e Escrituração Mercantil
Geografia e Cosmografia
Língua Nacional
Língua francesa
Inglês
Alemão
Italiano
Latim
Retórica
Filosofia
História Universal
Princípios de Direito Natural e de Direito Público, com explicação da Constituição Política do Império
Princípios de Economia Política
Noções de Economia Doméstica (<i>para alunas</i>)
Pedagogia e Prática do Ensino Primário em Geral
Caligrafia e Desenho Linear
Musica Vocal
Ginástica
Prática Manual de Ofícios (<i>para os alunos</i>)
Trabalhos de agulha (<i>para as alunas</i>)
Instrução Religiosa (<i>sem obrigatoriedade para os não católicos</i>)

Fonte: BRASIL. Lei Nº 7.247 de 19 de Abril de 1979.

Nesta tabela, observando a disciplina científica *Elementos das Ciências Físicas e Naturais e de Fisiologia e Higiene*, pode-se perceber que as ciências físicas e naturais partilhavam espaço com a Fisiologia – que era um campo do conhecimento que pretendia tornar a medicina científica – e com a Higiene, que era fortemente ligada às Ciências; basta lembrar o desenvolvimento da microbiologia nas campanhas de higiene lideradas por Osvaldo Cruz.

A presença das disciplinas *Lavoura e Horticultura* e *Prática do Ensino Intuitivo ou Lição de Coisas* deve ser observada. Ambas, dentro de um contexto maior,

demonstravam associação com as Ciências Naturais. Lição de Coisas porque se configurou como principal método de ensino das Ciências. A agricultura porque era considerado um campo de aplicação dos conhecimentos científicos.

Às vésperas da proclamação da República, em 1888, houve outra reforma, específica para o Ensino Normal do Rio de Janeiro. Esta ocorreu depois das reformas Coutto Ferraz e Leoncio de Carvalho e antes da reforma Benjamin Constant. As Ciências Naturais continuaram presentes no novo currículo (Anexo 1) por meio da disciplina *Elementos de Física, Química, Botânica, Zoologia e Geologia, com suas principais aplicações*, que substituiu a disciplina *Elementos das Ciências Físicas e Naturais e de Fisiologia e Higiene*, que constavam no currículo da reforma Leoncio de Carvalho. Os outros saberes curriculares pertenceram aos campos da Matemática e outros (ver tabela 13).

TABELA 13

Disciplinas que formavam o currículo do Ensino Normal do Rio de Janeiro conforme a Reforma de 1888

Disciplina
Elementos de Física, Química, Botânica, Zoologia e Geologia, com suas principais aplicações
Geografia e particularmente a do Brasil
Aritmética e Álgebra,
Geometria
Português e noções de história da literatura da língua vernácula
Francês
História e particularmente a do Brasil até nossos dias
Instrução moral e cívica e noções de Economia Política
Pedagogia e legislação escolar
Noções de Escrituração Mercantil (<i>para os alunos</i>)
Escrita
Desenho
Musica Vocal
Ginástica, e, exercícios militares para os alunos
Trabalhos Manuais (<i>para os alunos</i>)
Trabalhos de agulha (<i>para as alunas</i>)
Religião (<i>sem obrigatoriedade para os não católicos</i>)

Fonte: BRASIL, Decreto n° 10.000 de 13 de outubro de 1888

A disciplina ***Elementos de Física, Química, Botânica, Zoologia e Geologia, com suas principais aplicações***, presente nesta tabela, ocupava 10% da carga-horária do currículo (ver anexo 2).

A inserção da Química foi uma novidade, visto que esta disciplina não fazia parte do currículo proposto pela reforma Leôncio de Carvalho, de 1879. Outra mudança consiste na ausência da Fisiologia e da Higiene.

A reforma Benjamin Constant, de 1890, também trouxe considerações específicas para a instrução normal. As Ciências Naturais continuaram sendo previstas no currículo, por meio das disciplinas *Mechanica e Astronomia, Física e Química e Biologia*. Os outros saberes que formavam o currículo estavam no campo da Matemática, Línguas e outros. (ver tabela 14)

TABELA 14

Disciplinas que formavam o currículo do Ensino Normal do Rio de Janeiro conforme a Reforma Benjamin Constant, de 1890.

Disciplina
Física e Química
Mecânica e Astronomia
Biologia
Noções de Agronomia
Matemática Elementar
Geografia e História, particularmente a do Brasil
Português, noções de literatura nacional e elementos da Língua Latina
Francês
Sociologia Moral
Desenho
Música
Caligrafia
Ginástica
Trabalhos Manuais (<i>para os homens</i>)
Trabalhos de agulha (<i>para as senhoras</i>)

Fonte: BRASIL, Decreto nº 981 - de 8 de novembro de 1890

Nesta tabela, pode-se observar que as ciências eram representadas por três disciplinas: ***Física e Química; Mecânica e Astronomia e Biologia***. A presença da ***Mecânica e Astronomia e Biologia*** foi uma novidade, visto que tais saberes não foram previstos pelas duas reformas anteriores: Reforma Leôncio de Carvalho, de

1879, e a Lei nº 10.000 de 1888. Observa-se, ainda, que neste currículo que os saberes da Zoologia, Botânica e Geologia não apareceram.

Assim, pelo exposto sobre o Ensino Normal do Rio de Janeiro, entre 1850 e 1890, as Ciências Naturais avançaram no currículo a partir da Reforma Leoncio de Carvalho (1879) com a disciplina *Elementos de Ciências Físicas e Naturais e de Fisiologia e Higiene*, que, em 1888, deu lugar à disciplina *Elementos de Física, Química, Botânica, Zoologia e Geologia, com suas principais aplicações*, que por sua vez foi substituída, em 1890, por três disciplinas: *Mecânica e Astronomia, Física e Química e Biologia*.

De modo geral, neste capítulo, percebe-se que as Ciências Naturais constavam nos currículos do ensino primário, secundário e normal do Rio de Janeiro. O currículo primário, inicialmente, em 1854, teve a intenção de atar as relações das Ciências ao “uso da vida”; num segundo momento, em 1879, adicionou uma relação com a indústria e, por fim, em 1890, com a agricultura e a higiene. Enquanto o currículo primário explicitava estas relações com as Ciências, o programa do ensino secundário não explicitou qualquer relação deste tipo. No caso do currículo normalista, em 1879, se explicitou a intencionalidade de uma relação entre as Ciências e a Higiene, enquanto que em 1888 e 1890 esta relação não aparece e nem outras.

CAPÍTULO 2

OS CURRÍCULOS DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DO PARÁ (1840-1870)

Este capítulo tem como finalidade observar até que ponto as Ciências Naturais constaram nos currículos do ensino primário e secundário paraense às vésperas da criação da Escola Normal do Pará, para ver que mudanças esta escola introduziu neste cenário.

França (1997) aponta que a Lei nº 97, de 28 de junho de 1841, regulamentou a instrução pública paraense. O ensino primário, também designado por Primeiras Letras, foi dividido em duas “classes”. Em ambas, as Ciências Naturais não se fizeram presentes no currículo, que era composto por disciplinas das Matemáticas, Língua Portuguesa e outras (ver tabela 15).

TABELA 15

Disciplinas que formavam o currículo Primário do Pará, dividido em duas Classes, conforme Lei Nº 97, de 28 de junho de 1841.

Primeira Classe	Segunda Classe
Princípios de Aritmética com o perfeito conhecimento das quatro operações em números inteiros, fracionados, complexos e proporções	Elementos Gerais de Geografia, Leitura da Constituição e da História do Brasil
Gramática da língua Nacional e Elementos de ortografia	Princípios da moral cristã e da Religião do Estado,
Leitura, Escrita ou Caligrafia	Noções de Civilidade,
Uso d' agulha de coser e de meia, o bordado, as regras de talhar e coser os vestidos, e os mais misteres próprios da educação doméstica (<i>saberes exclusivos para mulheres</i>)	

Fonte: PARÁ. Lei nº 97, de 28 de junho de 1841 apud (França 1997)

Como se pode observar, o currículo era essencialmente composto por saberes que permitiam o desenvolvimento da leitura, escrita e cálculo.

O ensino primário da província do Pará foi reformado de acordo com a Lei Nº 203, de 27 de outubro de 1851, que o dividiu em dois graus. Ambos continuaram sem prever o ensino das Ciências Naturais no currículo, semelhante à reforma de 1841 (ver tabela 16)

TABELA 16

Currículo da Escola Primária de 1º e 2º Grau da Província do Pará, de acordo com a Lei N° 203, de 27 de outubro de 1851

1º Grau Primário	2º Grau Primário
Disciplinas	Disciplinas
Aritmética até proporções	Aritmética com aplicações ao comércio; Geometria Prática
Leitura e Escrita	Leitura, Escrita
Gramática e Ortografia Prática	Gramática Nacional
Noções dos deveres morais e religiosos	Noções gerais da História e Geografia do Império
	Noções dos deveres morais e religiosos
	Leitura da Constituição e do código penal do Império

Fonte: PARÁ. Lei N° 203, de 27 de Outubro de 1851

Como se percebe nesta tabela, as Ciências Naturais continuaram sem constar no currículo primário, que era composto por saberes da matemática, língua portuguesa, história e geografia e religião.

Outra reforma do ensino primário paraense ocorreu de acordo com a Lei N° 664, de 31 de outubro de 1870. Este nível de instrução ficou dividido em “ensino primário inferior” e “ensino primário superior”. Nesta nova reformulação, diferente da reforma de 1851, percebe-se a presença das Ciências da Natureza no currículo das escolas primárias “superiores”, por meio da disciplina *Noções Rudimentares de Ciências Físicas e Naturais*. Os demais saberes constantes no currículo estavam relacionados à Matemática, Geografia, Língua Portuguesa e outros (ver tabela 17).

TABELA 17

Currículo da Escola Primária Inferior e Superior da Província do Pará, de acordo com a Lei nº 664, de 31 de outubro de 1870

Ensino Primário Inferior	Ensino Primário Superior
Disciplinas	Disciplinas
Quatro operações de números inteiros e fracionados Aritmética até proporções	NOÇÕES RUDIMENTARES DE CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS
Noções práticas do sistema métrico de pesos e medidas	Elementos de Aritmética e de Geometria
Leitura e Escrita	Leitura, Escrita
Noções de Gramática Portuguesa	Gramática Nacional
Moral civil e religiosa	Geografia
	História
	Noções dos deveres morais e religiosos
	Leitura da Constituição e do código penal do Império

Fonte: PARÁ. Lei Nº 664, de 31 de Outubro de 1870

A presença da disciplina *Rudimento das Ciências Físicas e Naturais* neste currículo foi a principal mudança em relação ao currículo de 1851.

A Lei nº 664 determinou a obrigatoriedade do Ensino Primário Inferior. O Ensino Primário Superior não era obrigatório, mas podia ser instalado em uma localidade da província, desde que o primeiro tivesse uma frequência de no mínimo 150 alunos. Pelo fato das Ciências Naturais constarem somente no currículo previsto para as “Escolas Primárias Superiores”, pode se perceber que nem todos os discentes primários teriam a instrução científica.

Com isso, de modo geral, percebe-se que as Ciências da Natureza não constaram nos currículos primários propostos pelas regulamentações anteriores, de 1841 e 1851. Contudo, passa a constar no currículo de 1870, com a presença da disciplina *Rudimentos de Ciências Físicas e Naturais*.

A Lei nº 97 de 28 de junho de 1841, que regulamentou a instrução pública do Pará, determinou que se criasse, na capital da Província, o Liceu Paraense, atualmente denominado Colégio Estadual Paes de Carvalho, com o fim de proporcionar o ensino secundário. Nesta instituição, foram oferecidos os cursos de Humanidades e de Comércio, sendo que o primeiro tinha duração de cinco anos enquanto que o segundo de dois anos. Além desta escola, o governo provincial

mantinha em algumas comarcas uma instrução secundária por meio de aulas avulsas, como em Cametá e Santarém, onde era ensinada Gramática Latina. Ainda que existissem estas aulas no interior da Província, esta pesquisa se detém em analisar o currículo do Liceu Paraense, pois desde 1851 as Ciências Naturais passaram a constar em seu currículo.

O currículo estabelecido pela Lei nº 97, de 28 de junho de 1841, para os cursos de Humanidades e Comércio do Liceu Paraense não previa as Ciências Naturais. Ele, essencialmente, continha saberes da Matemática, Línguas, Filosofias, Latim, Retórica e Outros, que lhe davam um caráter mais humanístico (ver tabela 18).

TABELA 18

Currículo dos cursos de Humanidades e Comércio do Liceu Paraense, de acordo com a Lei Nº 97 de 28 de junho de 1841

HUMANIDADES	COMÉRCIO
Disciplinas	Disciplinas
Aritimética, Algebra e Geometria	Aritimética, Algebra e Geometria
Língua Latina	
Língua Francesa	Língua Francesa
História Universal, Geografia Antiga e Moderna e História do Brasil	História Universal, Geografia Antiga e Moderna e História do Brasil
Filosofia Racional e Moral	
Retórica Crítica, Gramática Universal e Poética	
Escrituração Mercantil e Contabilidade	Escrituração Mercantil e Contabilidade
	Língua Inglesa

Fonte: PARÁ, Lei nº 97 de 28 de junho de 1841 apud (FRANÇA 1997)

Um novo regulamento para o Liceu Paraense, determinado pela Resolução Nº 216 de 15 de Novembro de 1851, inseriu no currículo desta escola a cadeira *Elementos de Física, Química e princípios gerais de Botânica*, o que foi novidade, visto que o currículo de 1841 não continha disciplinas das Ciências Naturais. Além disso, manteve as disciplinas existentes no currículo anterior de 1841, fundiu a cadeira de *Contabilidade e Escrituração Mercantil* à dos saberes matemático e inseriu a cadeira *Desenho Geométrico e Topográfico com conhecimentos das ordens da arquitetura* (ver tabela 19).

TABELA 19

Currículo do Ensino Secundário do Pará proporcionado pelo Liceu Paraense, de acordo com Relatório Provincial de 1852

Disciplinas
<i>Elementos de Física, Química e princípios gerais de Botânica</i>
Aritimética, Álgebra, Geometria Plana e no Espaço, Trigonometria Retilínea, Contabilidade e escrituração Mercantil
Desenho geométrico e topográfico com conhecimentos das ordens da arquitetura
Latim
Língua Francesa
Língua Inglesa
História e Geografia Universal e especialmente do Brasil
Filosofia Racional e Moral
Retórica e Poética

Fonte. PARÁ. Relatório da Província de 1852

Sobre a inserção da cadeira científica Elementos de Física, Química e Princípios gerais de Botânica, o comendador da Província, Fausto D'aguiar, relatou que inseriu esta cadeira no “plano de estudos” do Liceu porque considerava importante e de utilidade prática:

Tratando da reforma do Liceu, comecei por dar mais algum desenvolvimento ao seu programa de estudos **adicionando-lhe o ensino dos elementos de física e química; dos princípios gerais de botânica (...). A falta destes ramos de instrução, de tanta importância e utilidade prática, no plano de estudos do Liceu, era quanto a mim, uma lacuna, que cumpria preencher** (D'AGUIAR, 1852 ,p 22. grifo meu)

Contudo, de acordo com o mesmo relatório provincial, a cadeira *Elementos de Física, Química e Princípios Gerais de Botânica*, até aquele momento (agosto de 1852), permanecia desprovida de docente.

No ano seguinte, a disciplina *Elementos de Física, Química e Princípios Gerais de Botânica* foi considerada supérflua pelo presidente da Província, Joaquim da Cunha, em sua fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial, em 15 de agosto de 1853:

O plano de estudos do Liceu, posto que incompleto, assim o deve ser por ora sob pena de se pagar a professores inábeis e não haver discípulos que queiram aprender; por isso **julgo ainda supérflua a cadeira, felizmente vaga, de noções de Física, Química e Botânica.** (CUNHA. 1853, p 12, *grifo meu*)

Observando o Relatório do Comendador Fausto D'aguiar, de 1852, percebe-se que as Ciências Naturais, mesmo de modo incipiente, começavam a ser valorizadas no Pará, a ponto de serem incluídas no currículo secundarista. Entretanto, a fala do Presidente Joaquim Cunha, em 1853, demonstra que as Ciências da Natureza ainda não tinham prestígio suficiente para se solidificarem no currículo. Tanto que a Lei nº 237, de 28 de dezembro de 1853, retirou a cadeira *Elementos de Física, Química e Princípios Gerais de Botânica* do currículo do ensino secundário.

O retorno de uma cadeira que contemplasse os saberes das Ciências Naturais ao currículo do Liceu foi solicitado, em 1857, porque a abundância de produtos naturais do Pará ofereceria vantagens ao estudo científico, conforme o Relatório Provincial do presidente Henrique de Beurepaire Rohan:

Também me parece mui conveniente a criação de mais duas cadeiras: uma em que se ensine os elementos de “Sciencias Naturais”; e outra de Química aplicada as artes. Nesta província, que abundam os produtos naturais, seria muita vantagem que os estudos das Ciências Físicas despertassem o gosto de ensaios neste gênero (ROHAN, 1857, p 13. *grifo meu*)

O discurso acima demonstra que as Ciências Naturais continuavam despertando o interesse de incluí-las no currículo secundário. Contudo, se verificou que retornaram ao currículo secundarista do Pará, especificamente no do Liceu Paraense, com a criação da cadeira *Física e Química* com a Lei nº 564 de 10 de outubro de 1868¹¹. Com isso, estas Ciências passaram a dividir o espaço no programa com mais quatorze disciplinas, ligadas ao campo das Matemáticas, Geografia, Línguas e outros (ver tabela 20).

¹¹ Em 1861 o Liceu Paraense foi transformado no Colégio Paraense, o que durou até 1870, quando tornou a ser denominado de Liceu Paraense.

TABELA 20

Disciplinas que formavam o Currículo do Colégio Paraense de acordo com o Regulamento de 12 de maio de 1868

Disciplinas
<i>Física e Química</i>
Aritimética, Algebra, Geometria e Trigonometria
Tecnologia
Geografia
Contabilidade e escrituração Mercantil
Latim
Latinidade
Francês
Inglês
História
Filosofia Racional e Moral
Gramática Filosófica
Retórica e Poética
Música instrumental e vocal
Desenho

Fonte: Regulamento do Colégio Paraense de 12 de maio de 1869, p 95 apud (FRANÇA 1997, p 134)

As Ciências Naturais, representadas pela cadeira *Física e Química*, ao contrário de 1851, saíram do papel, visto que se contratou um docente¹² para o cargo:

E por tanto expedi o regulamento de 12 do corrente, que tem de entrar em execução, sendo **já contempladas e providas as cadeiras de Física e Tecnologia**, criadas pela lei nº 564 de 10 de outubro do ano próximo passado (FIGUEREDO, 1869, p 5. Grifo meu)

A cadeira *Física e Química* foi freqüentada por um aluno no ano letivo de 1870 e até agosto de 1871 não havia discente matriculado. Em virtude desta baixa freqüência de alunos, esta cadeira foi excluída do Liceu. Entretanto, passou a ser ensinada na recém criada Escola Normal do Pará, que já previa estas ciências no programa, mas estava desprovida de docente, conforme o relatório 15 de agosto de 1871, expedido pelo presidente da Província, Dr. Abel Graça.

¹² Provavelmente o docente que ocupou primeiramente esta cadeira de Física e Química foi o Dr. Marcello Lobato de Castro, visto que no relatório de 18 de abril de 1873 do Senhor Barão de Santarém, há informação que Marcello Castro ganhou vitaliciedade no cargo por atuar a mais de três anos e por estar de acordo com os requisitos exigidos nos regulamentos.

Com isso, se pode perceber que as Ciências Naturais retornaram ao currículo do Liceu Paraense no final de 1868, sendo extintas no fim de 1871. Curta duração esta pelo fato da baixa procura pela disciplina.

Assim, observou-se que as Ciências Naturais se fizeram presentes no currículo do Liceu Paraense, que era a instituição de ensino secundário mais importante do Pará, por meio da disciplina *Elementos de Física, Química e Princípios Gerais de Botânica*. Contudo, em 1851, esta disciplina não foi ensinada, sendo retirada da grade curricular em 1853. Durante este período, houve discursos favoráveis à permanência da disciplina, como o do comendador da Província Fausto D'aguiar, que administrou o Pará em 1851. Também houve falas contrárias, considerando a cadeira científica, em questão, supérflua, como a do Presidente Provincial Joaquim Cunha, em 1852. Após isto, ainda que o Presidente Henrique Rohan, em 1857, tenha sido favorável à criação de cadeiras que contemplassem saberes das Ciências Naturais, argumentando que esta providência seria vantajosa pela abundância de produtos naturais da região, somente em 1868 houve o retorno de uma cadeira das Ciências da Natureza ao currículo do Liceu Paraense, denominada *Física e Química*. Contudo, esta se manteve por um curto período, deixando de fazer parte deste currículo em 1871.

Assim, quando a Escola Normal paraense foi criada (1871), as Ciências Naturais não estavam sendo ensinadas no ensino secundário do Pará, embora antes seu ensino não tivesse acontecido de forma duradoura e consistente.

De um modo geral, observou-se que, desde 1840 até às vésperas da criação da Escola Normal do Pará (1871), as Ciências Naturais, esporadicamente, fizeram parte dos currículos do ensino primário e secundário paraense. Primeiramente no currículo do ensino secundário, em 1851, com a disciplina *Elementos de Física, Química e Princípios Gerais de Botânica*, que durou somente até 1853 sem ser ensinada. Os saberes das Ciências Naturais retornaram a este programa de ensino em 1868, ficando somente até 1871, mas com o diferencial de ter saído do papel, visto que se contratou um docente e houve discentes matriculados, mesmo que poucos. No caso do ensino primário, somente em 1870 foi inserida a disciplina *Noções Rudimentares de Ciências Físicas e Naturais*. Isto demonstra que às vésperas da criação da Escola Normal do Pará a Província já tinha certa abertura aos saberes das Ciências da Natureza.

CAPÍTULO 3

O MOVIMENTO DAS CIÊNCIAS NATURAIS NO CURRÍCULO DA ESCOLA NORMAL DO PARÁ (1870-1930)

No sentido de atingir o objetivo principal desta pesquisa, que é analisar o movimento das Ciências Naturais no currículo da Escola Normal do Pará, entre 1870 e 1930, e com o intuito de saber como esse movimento refletiu o avanço dessas ciências no mundo moderno, mais especificamente, o presente capítulo busca responder à seguinte pergunta: como as Ciências Naturais estiveram configuradas na estrutura do currículo da Escola Normal do Pará? Contudo, antes de responder esta pergunta, analisa-se a organização da Escola entre 1870 e 1930 para se ter uma idéia de como era o cenário desta instituição.

3. 1– Criação e Organização da Escola Normal do Pará.

A Escola Normal do Pará foi fundada por meio da Lei nº 669, de 13 de abril de 1871, com o objetivo de formar professores para lecionarem na instrução primária da *Província Gram Pará*, como se pode observar no decreto abaixo que autorizou o presidente da província a reformar a instrução pública primária e secundária e criar uma escola normal:

Lei nº 669 de 13 de abril de 1871

Autoriza o presidente da província a reformar a instrução primária e secundária da província

Joaquim Pires Machado Portela, presidente da Província do Pará Etc.

Faço saber a todos os seus habitantes, que a assembléa legislativa provincial resolveu, e eu sancionei a Lei seguinte:

(...)

Artigo 3º E igualmente autorizado o presidente da província á criar uma escola normal em que se possam habilitar para o magistério da instrução primária da província as pessoas, que á ele se dedicarem. (PARÁ. Lei nº 669, 1871, p 2)

Antes da criação dessa escola, Abel Graça, vice-presidente da Província, em 1870, se pronunciou a favor da criação de uma instituição que formasse os professores primários. Este governante argumentou que as verbas destinadas à instrução pública seriam suficientes para que a instrução pública paraense tivesse obtido resultados melhores e que isto não estava ocorrendo devido à ausência de uma instituição que formasse professores primários:

A instrução pública nesta Província não tem, é verdade, retrogrado; vai florescendo, não com se deveria esperar, e sim lentamente, com passos vagarosos

(...)

Um dos grandes embaraços com que lutam muitas Províncias do Império para dar impulso a Instrução é a pequena verba decretada pela Assembléia para esse fim.

Mas no Pará isso não se dá. A verba votada por nós tem sido grande, e até mesmo excessiva atendendo as Forças da Província.

(...)

Com essa quantia já se podia sem contestação obter ótimos resultados no importante ramo de que estou me ocupando.

E por que não temos obtido? Por muitas razões, sobressaindo entre elas as seguintes: **1ª porque não temos na capital da Província uma escola primária modelo, onde os candidatos ao professorado recebam noções sobre as diversas práticas do ensino, obrigando-os para este fim a freqüentá-la por quatro meses pelo menos.** (GRAÇA, 1870, p 11 – *grifo meu*)

No seu livro *Apontamentos para História do Instituto de Educação do Pará*, Souza (1972, p 10) informa que, tão logo foi sancionada a lei nº 669 que criou a Escola Normal, uma comissão de ilustrados foi designada para pensar o novo regimento da instrução pública. Este ficou pronto no dia 20 de abril de 1871 e trouxe em seu capítulo IV os dispositivos sobre o funcionamento da Escola Normal.

A inauguração da Escola Normal do Pará marcou um importante momento na vida da Província. Isto ocorreu pouco tempo depois de ficarem prontos os regulamentos da instituição, com uma cerimônia solene e festiva:

A Escola foi instalada no dia 3 de maio de 1871, com festas e solenidades, destacando-se como um acontecimento importante na vida da província (SOUZA, 1972, p 10).

Por não ter prédio próprio, a Escola Normal do Pará inicialmente foi instalada nas dependências de duas instituições de ensino já existentes: no Colégio Nossa Senhora do Amparo, que era uma instituição responsável por acolher meninas desvalidas e que lhes proporcionava o ensino primário, e no Liceu Paraense, que

era o principal estabelecimento de ensino secundário do Pará na época. No Colégio do Amparo estudavam as moças; no Liceu, os rapazes, caracterizando, assim, na fase inicial da Escola Normal, uma separação do espaço físico por gênero.

Inicialmente, previu-se a duração de três anos para o curso normalista, que era mantido pelo governo provincial, o que significava gratuidade para os discentes. As aulas iniciaram no dia 05 de junho de 1871, seguindo o horário de sete às onze horas.

No regulamento da Escola Normal, também foi prevista a criação de instituições de ensino primário anexas à instituição normalista sob a denominação de Escolas Práticas, cujo objetivo era ser um espaço onde os alunos da Escola Normal do Pará, a partir do segundo ano do curso, adquiririam prática de ensino:

Anexas à Escola seriam criadas para meninos e meninas, escolas primárias sob a denominação de **Escolas Práticas** – “em cada uma das quais os alunos mestres e alunas mestras seriam obrigados a fazer exercícios práticos do ensino”, desde que se matriculassem no 2º ano do curso. (CRUZ, 1973, p 360)

Esta organização inicial da Escola Normal do Pará de ter mais de um professor; de ter um espaço para se aprender as teorias – Escola Normal – e outro para aplicá-las – Escolas Práticas – demonstra que a Escola estava em consonância com a nova configuração percebida pelo ensino normal brasileiro a partir da segunda metade do século XIX. Villela (2005), referenciando Nóvoa (1991), chamou este novo modo de organização de “modelo profissional”, pois seria baseado num alargamento de conteúdo, de aquisição de métodos específicos e de um ethos profissional.

Antes desta nova forma de se organizar, as escolas normais continham apenas um docente, que atendia a todos os discentes. Estes eram preparados individualmente e o currículo continha os saberes da instrução primária com mais uma disciplina de ênfase pedagógica. Este modo de organização foi denominado por Villela (2005) de “modelo artesanal”, que seria baseado numa cultura pragmática.

Para esta autora o “modelo profissional” teria, a partir da segunda metade do século XIX, começado a substituir o “modelo artesanal” de formação de professores:

Na segunda metade do século XIX algumas províncias brasileiras atravessaram um processo de substituição do modelo *artesanal* de formação de seus professores primários, baseado na cultura pragmática, pelo modelo *profissional* que, segundo António Nóvoa (1991) pressupõe alargamento de *conteúdo* acadêmico, domínio de *métodos* específicos e aquisição de um *ethos* profissional. (VILLELA, 2005, p 104)

Para a Província, a criação e a organização da Escola Normal do Pará marcou um momento de mudança na questão do ensino primário. Antes da criação da Escola uma pessoa se habilitava para este ensino por meio de concurso, que consistia na realização de uma prova sobre as disciplinas que formavam o currículo primário. Isto mudou com a criação da Escola Normal, visto que o discente formado nesta instituição passou a gozar da preferência para atuar no ensino primário e de gratificações financeiras. Com isso, os professores que atuavam antes da existência da Escola foram aos poucos sendo conformados às regulamentações desta instituição, o que implicou na mudança de um quadro docente com formação diversa, para outro com formação normalista.

A Escola Normal do Pará sofreu a primeira extinção em 19 de dezembro de 1872, contudo ficou garantido o direito do alunado que já havia iniciado o curso de concluí-lo, sendo que os rapazes assistiriam às aulas uma vez por semana no Liceu Paraense, enquanto as moças no Colégio do Amparo.

Após esta extinção, Pedro Azevedo¹³, que foi presidente da Província em 1874, se pronunciou a favor da recriação de uma instituição normalista no Pará. Com isso, argumentou que o professorado primário paraense não estaria habilitado para o ensino devido a ausência de uma instituição normal na Província:

Desde já, porém, julgo conveniente vos dizer, que o professorado não pode estar habilitado, em regra, para o ensino. Ou pelo modo que são providas as cadeiras atualmente, ou **pela falta de uma escola normal que conceda títulos de habilitação depois de um curso regular de alguns anos, (...)** (AZEVEDO, 1874, p 16 – grifo meu)

¹³ Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial na 1ª Seção da 19ª Legislatura pelo Presidente da Província do Pará Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente Pedro Vicente de Azevedo em 15 de agosto de 1874.

Além disto, este autor associava o progresso da educação ao bom preparo do professor. Exemplificando, citou países como Suíça, Estados Unidos do Norte e Alemanha, que teriam sido bem sucedidos neste sentido:

A questão da escola é a questão do professor. Examinai porque a suíça, os Estados Unidos do Norte, a Alemanha e outras nações apresentam tanto progresso a este respeito, e vereis que em todas elas os legisladores cuidam com zelo e interesse no preparo do professor. (AZEVEDO, 1874, p 17)

O discurso ainda considerou que a prioridade com a educação seria a habilitação do mestre e a criação de escolas normais como o principal meio de oferecer preparo à profissão docente:

O primeiro cuidado, pois, é a habilitação dos mestres; é a direção da oficina. Para isso é necessário não só obrigar esses mestres a conseguirem suas nomeações por concurso ou exames rigorosos, mas também oferecer-lhes os meios de se prepararem para a profissão. Eis os motivos da criação de escolas normais. (AZEVEDO, 1874, p 17)

Para Pedro Azevedo (1874) não bastava que o professor tivesse conhecimento, mas que empregasse método de ensino, paciência, moralidade e religião, porque o mestre seria o exemplo da escola:

Não basta que o professor seja instruído. Convém que tenha sido educado para a profissão; que tenha método de ensino, paciência e, sobretudo, muita moralidade e religião. O mestre é o exemplo vivo da escola. (AZEVEDO, 1874, p 17)

Assim, pode-se observar, nos fragmentos discursivos, que a boa formação do professor primário era considerada importante porque traria progresso para a educação. Percebe-se ainda, que a instituição normalista seria a promotora desta formação.

Argumentações como esta demonstram que o ensino normal vinha adquirindo prestígio no Pará, tanto que a Portaria de 9 de junho de 1874 recriou a Escola

Normal do Pará. Outro motivo para que se recriasse a Escola consistiu no fato de se considerar o Curso Normal, que ficou funcionando no Liceu, inadequado, pois este se restringia ao ensino dos alunos-mestres que haviam ingressado na extinta Escola e tinha um número de aulas insuficientes para formar bons professores. Isto se verifica na citação abaixo:

“Este curso era destinado especialmente a preparação de professores e só concedia, pelo que respeita a professoras, o favor de concluírem o curso começado as alunas mestras que se achavam no 2º e 3º anos da Escola Normal. Além desta anomalia, ele não apresentava vantagens, porque era impossível que se pudessem formar bons professores, quando estes recebiam uma única lição por semana de cada matéria disciplinar.” (AZEVEDO, 1875, p 26)

A Escola Normal Pará foi fundida ao Liceu Paraense por meio da Lei nº 1.224, de 03 de Dezembro de 1885. Entre os motivos para este ato, consta que traria “economia dos cofres provinciais e vantagens ao ensino” (ARARIPE, 1886, p 10). Este motivo não foi restrito ao Pará: Kulesza (1998) aponta que, em diversas províncias brasileiras como Piauí, Amazonas, Paraíba e São Paulo, era comum a prática de se anexar um curso normal aos Liceus porque se utilizavam as mesmas instalações físicas e os mesmos professores:

“Essa solução era extremamente atraente do ponto de vista econômico, dada a constante falta de recursos para a instrução pública nos cofres provinciais. Utilizando as mesmas instalações físicas, os mesmos professores (exceto o professor de Pedagogia que, muitas vezes, era um professor do Liceu que acumulava duas cadeiras), este modelo foi tentado na grande maioria das províncias” (KULESZA, 1998, p 65)

A autora também afirma que os Liceus e as Escolas Normais se influenciaram mutuamente. A anexação dos cursos normalistas teria restringindo o acesso das mulheres em função dos tradicionais Liceus serem voltados essencialmente para o público masculino:

Muito embora se pensasse num curso para ambos os sexos, é claro que essas condições acabaram restringindo o acesso das mulheres e, na prática, essa opção era reservada essencialmente aos homens. (KULESZA, 1998, p 65)

Ainda que esta restrição do ingresso feminino ao curso normal tenha sido observada em outras provinciais, no Pará se percebeu o contrário. A presença

feminina foi preponderante. No primeiro ano letivo após a Escola Normal ter sido anexada ao Liceu Paraense, em 1886, a matrícula no curso normalista foi de 109 mulheres e de 16 homens.

A Escola Normal do Pará foi desanexada do Liceu Paraense com a criação de duas instituições normalistas, em 1890, uma voltada para o gênero feminino e outra para o masculino:

O dr. Justo Chermont, governador do Estado, aprovou a reforma através do decreto nº 29 de 4 de fevereiro de 1890. Foram em consequência, criadas duas **Escolas Normais**, uma para professores e outra para professoras. (CRUZ, 1973, p 362)

A partir de então, a Escola Normal do Pará se consolidou como independente e continuou sendo freqüentada por mais mulheres que homens. Ainda que a Escola tenha passado por diversas reformas regulamentares – em 1900, 1912, 1914, 1918 e 1924 – a instituição sempre manteve o principal objetivo: formar professores de ambos os sexos para atuarem no ensino primário da província. Nestas reformas, percebe-se que as principais mudanças se deram em relação à duração do curso, que figurou em quatro anos, em 1900, e cinco nos anos seguintes; quanto ao objetivo da instituição, que a partir de 1912 passou a ser de ensino secundário e normal; já em relação ao currículo, este passa a ser analisado em relação às Ciências Naturais.

3.2 – As Ciências Naturais na Escola Normal do Pará

Para alcançar o principal objetivo desta dissertação, que é o de analisar o movimento das Ciências Naturais no currículo da Escola Normal do Pará, para saber até que ponto esta instituição refletiu o crescimento destas ciências no mundo moderno, faz-se a seguinte pergunta como norteadora deste capítulo: “como as Ciências Naturais estiveram configuradas na estrutura do currículo da Escola Normal do Pará?”

No primeiro currículo da Escola Normal paraense, de 1871, que deveria ser cumprido em três anos, as Ciências Naturais já estavam presentes por meio da cadeira *Noções de Física, Química e Agricultura*. As outras disciplinas que constavam no programa escolar eram dos campos da Religião, Matemática, Língua

Nacional, História e Geografia e Educação, como se pode perceber na citação abaixo:

O curso era de três anos, em seis cadeiras, sendo ensinadas as seguintes matérias:

1^a Instrução moral e religiosa

2^a Gramática da Língua Nacional. Exercícios de leitura de clássicos em prosa e verso. Redação. Exercícios caligráficos

3^a Aritmética. Sistema métrico. Elementos de geometria.

4^a Noções gerais de geografia e de História. Geografia e História do Brasil, principalmente do Pará. Leitura refletida da Constituição Política do Império.

5^a Noções gerais de Física, de Química e de Agricultura

6^a Pedagogia e Legislação do ensino.

Havia também aula de desenho linear e de música. (...) (CRUZ, 1973, p 359– 360, *grifo meu*)

A duração do curso e o currículo normal foram criticados, tanto que a disciplina científica *Noções de Física, Química e Agricultura* chegou a ser considerada supérflua:

“... havendo mesmo quem procurasse dar sugestão de se diminuir para dois anos todo o curso, isso pela falta cruciante de profissionais do ensino. (...). Os apologistas que opinavam pela redução do curso, ainda ofereciam sugestões para que se eliminassem várias cadeiras do currículo, como música, física, química e agricultura, por acharem desnecessárias.” (SOUZA 1972, p 13)

É importante atentar que a Física, a Química e a Agricultura faziam parte da mesma cadeira, o que reflete a intenção de se ligar os saberes agrícolas e os científicos.

A ligação entre Ciências Naturais e Agricultura pode ser observada na história de outras instituições nacionais, como na dos jardins botânicos. De acordo com Domingues (2001), a criação destes espaços no Brasil, no final do século XVIII e início do XIX, expressaram uma política nacional que incentivava o desenvolvimento mútuo das Ciências Naturais e Agricultura. Um bom exemplo, no âmbito local, é o Jardim Botânico do Grão Pará, primeiro do país, fundado em 1796 e extinto pouco depois da criação da Escola Normal, em 1879:

O primeiro horto botânico oficial da colônia foi efetivamente resultado da política empreendida pela coroa nessa época. Surgiu na capitania do Pará (...). Esta carta, evidenciando a política de renovar a agricultura colonial, ordenava, entre outras medidas, (...) que organizasse o horto público São José, onde deveriam ampliar e aperfeiçoar as culturas já existentes e animar as novas, como pimenta, canela, árvore-do-pão, jatapa, barbadine, noz-moscada, linho cânhamo, peca, cravo-da-índia e outras especiarias (DOMINGUES, 2001, p 29)

No contexto nacional, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, voltado para as Ciências Naturais, buscou desenvolver estudos no campo da Botânica e da Química, com direcionamento ao estudo do vegetal e do solo, além da Meteorologia, esta ligada às Ciências Físicas. O estudo destas ciências, em parte, estava voltado para a produção de conhecimentos úteis à agricultura do País:

Ao lado da botânica, desenvolvem-se as pesquisas de química vegetal e do solo, bem como a meteorologia. Em ambas as fases, a finalidade última da instituição se manteve, ou seja, o desenvolvimento dos conhecimentos 'úteis' à agricultura do país. (DOMINGUES, 2001, p 31)

O segundo currículo da Escola Normal do Pará foi determinado em 1874, quando de sua reabertura. Este retirou a disciplina *Noções Gerais de Física, de Química e Agricultura*, mantendo as outras disciplinas previstas anteriormente no momento da primeira criação da instituição (ver tabela 21).

TABELA 21

Disciplinas que formavam o currículo da Escola Normal Primária do Pará, de acordo com a portaria de 9 de junho 1874

Disciplinas
Aritimética, Sistema Métrico, elementos de geometria
Noções gerais de Geografia e História, Geografia e História do Brasil principalmente do Pará
Gramática da Língua Nacional. Exercícios de Leitura de clássicos em prosa em verso, redação, exercícios caligráficos
Pedagogia e Legislação do Ensino
Instrução Moral e Religiosa
Uma Aula de Desenho Linear e uma de Música

Fonte: PARÁ. Portaria de 9 de Junho de 1874.

Uma nova mudança no currículo ocorreu em 1900. A configuração das Ciências Naturais no currículo normalista sofreu alterações por meio do Decreto de Número 809, de 25 de Janeiro de 1900, que reformou o regulamento da Escola Normal do Pará. Nesta Reforma, constata-se que a Física e a Química estavam representadas pela cadeira *Elementos de Física e Química*, diferentemente do currículo de 1871, que continha a cadeira *Noções Gerais de Física, Química e Agricultura*. Deve-se perceber que no novo currículo a Agricultura desapareceu da nomenclatura que formava com a Física e a Química e que estas ciências permaneceram juntas em uma cadeira. O acréscimo da cadeira *Elementos de História Natural*, no currículo de 1900, foi outra alteração, visto que esta ciência não fazia parte do currículo de 1871.

Além das disciplinas científicas, o currículo normalista era composto por cadeiras associadas aos campos de estudos das Línguas e Literatura, História e Geografia, Matemáticas, Educação e Outros¹⁴. Na tabela 22, abaixo, pode-se ver, discriminadamente, as disciplinas que formavam o programa de ensino da Escola Normal associadas aos respectivos campos.

TABELA 22

Apresenta as disciplinas que formavam o currículo da Escola Normal do Pará, discriminadas de acordo com áreas de estudos, conforme Reforma de 1900

Campos de Estudos	Nº de disciplinas	Disciplinas
Ciências Naturais	3	Física, Química e História Natural
Línguas e Literatura	3	Português, Francês e Literatura
História e Geografia	4	Geografia, Chorografia do Brasil, Cosmografia, História Universal, História dos POVOS americanos e do Brasil
Matemáticas	2	Aritmética, Álgebra e Geometria
Educação	3	Pedagogia, Legislação do Ensino, Educação Cívica
Outros	3	Desenho, Caligrafia, Estudo da Constituição da Pátria e do Pará

Fonte: Decreto Nº 809 de 25 de Janeiro de 1900, p 5 – 6 (ver anexo 3)

¹⁴ A expressão Campos de Estudos, que associa disciplinas com perspectivas na atualidade vistas como próximas, não consta nas fontes primárias (anexo 2), mas foi idealizada por esta pesquisa com o propósito didático de mostrar o conjunto das Ciências Naturais em relação a outros agrupamentos de saberes.

De acordo com a Reforma de 1900, o currículo da Escola Normal tinha uma carga-horária total de 72h semanais, das quais 11h eram destinadas às Ciências Naturais, o que representava 15% do currículo. Os 85% restantes eram destinados aos outros campos de estudos – Línguas, História e Geografia, Matemáticas, Educação e Outros. No gráfico 1, a seguir, pode ser observada, discriminadamente, a porcentagem ocupada por cada campo.

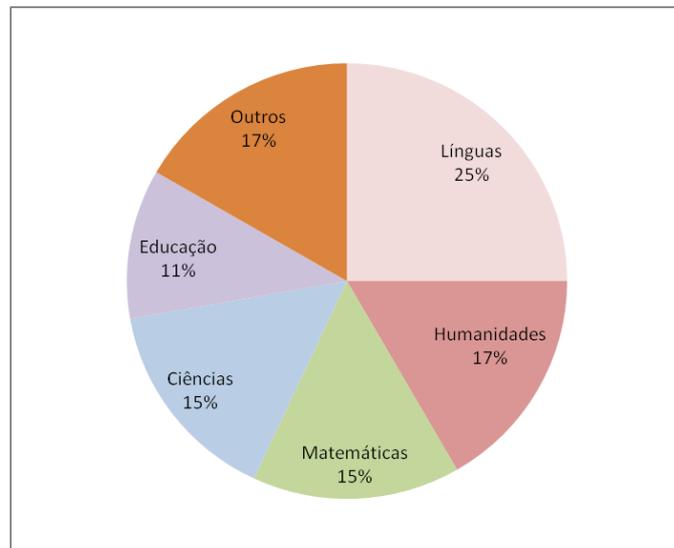


Gráfico 1: Porcentagem ocupada por cada campo de estudo de acordo com a Reforma de 1900.

Fonte: Decreto n° 809 de 25 de Janeiro de 1900

Ao se olhar especificamente para o panorama científico no currículo da Escola Normal do Pará, na Reforma em questão, pode-se perceber que a carga-horária semanal das Ciências Naturais era de 11h. A História Natural ocupava o maior espaço desta carga-horária, 5h, ou seja, 46%; a Física ocupava 3h, que equivalia a 27% e a Química, 3h, que também correspondia a 27%. Esta divisão em porcentagem pode ser conferida no gráfico 2:

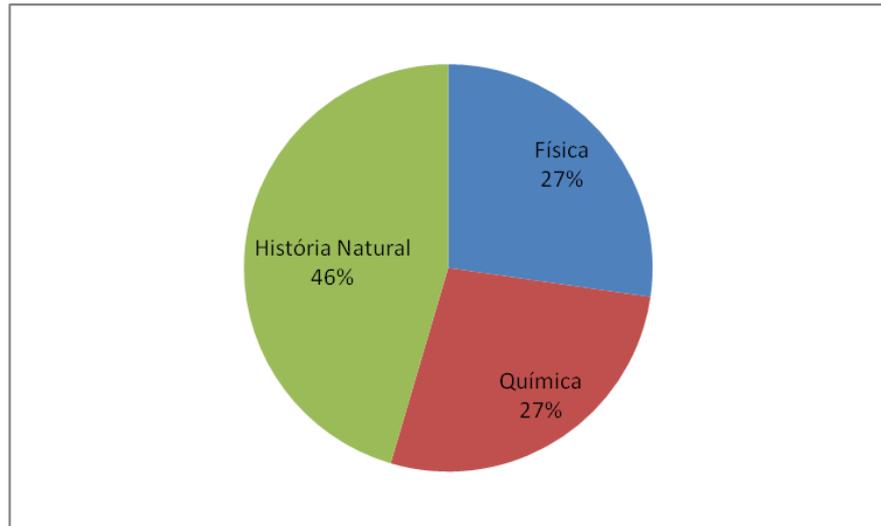


Gráfico 2: Descrição em porcentagem da carga-horária total de 11h semanais destinadas às Ciências Naturais, conforme a Reforma de 1900.

Fonte: Decreto nº 809, de 25 de Janeiro de 1900 (ver anexo 3)

Outra reforma nos regulamentos ocorreu em 1912, com implicações na estrutura das Ciências Naturais no currículo, deu-se por meio do Decreto de Nº 1925, de 28 de agosto de 1912. Assim, foi determinada a duração de cinco anos para o curso normal, um ano a mais do que o previsto pela Reforma de 1900. As Ciências da Natureza, que antes eram ensinadas no terceiro e quarto anos, nesta nova configuração, de 1912, passaram a ser ministradas, também, no quinto. Outra mudança se deu na nomenclatura do curso, pois o Decreto determinou que os três primeiros anos correspondessem a um curso geral, com o objetivo de proporcionar a cultura de humanidades, enquanto os dois últimos fossem um curso especial, que se dedicasse ao preparo técnico do professor:

Art 1º – A Escola Normal é um estabelecimento destinado ao ensino secundário e profissional, compreendendo cinco séries que abrangem um curso geral de três anos e um especial de dois.

§ Único – O curso geral é destinado a ministrar aos estudantes a cultura de humanidades; o especial, ao preparo técnico do professor primário, a um bacharelado pedagógico, compreendendo, além das disciplinas professadas na Escola, o tirocínio das aulas práticas nos grupos escolares da Capital. (PARÁ, DECRETO Nº 1925, 1912, p 3)

Como as Ciências Naturais deveriam ser ensinadas nos três últimos anos, pode-se atentar que tais saberes faziam parte tanto do curso geral quanto do profissional, significando que as ciências eram importantes na formação do discente que não seria professor – aquele que cursava apenas o curso geral nos três

primeiros anos - e do que seguiria a carreira docente - o aluno que cursava os cinco anos da instituição.

A configuração do currículo da Escola Normal do Pará, no que diz respeito às disciplinas que o constituíam, e de acordo com a Reforma de 1912, não sofreu grandes modificações em relação à estrutura curricular da Reforma de 1900. As disciplinas científicas continuaram a ser a Física, a Química e a História Natural, estas também dividindo espaço com saberes relacionados aos campos de estudos das Línguas e Literatura, História e Geografia, Matemáticas, Educação e Outros¹⁵. O currículo de 1912 (ver tabela 23), abaixo, está de acordo com o anexo 4:

TABELA 23

Apresenta as disciplinas que formavam o currículo da Escola Normal do Pará, discriminadas de acordo com áreas de estudos, conforme Reforma de 1912

Campos de Estudos	Nº de disciplinas	Disciplinas
Ciências	3	Física e Química, História Natural
Humanidades	3	Geografia, Cosmografia, História geral e especialmente do Brasil
Matemáticas	3	Aritimética, Geometria e álgebra
Línguas e literatura	4	Português - 1ª Cadeira, Português - 2ª Cadeira (história da Língua e Noções de Latin) Francês e Literatura
Educação	2	Psicologia e Pedagogia ; Psicologia e Instrução Moral e Cívica
Outros	4	Higiene Escolar, Desenho, Caligrafia, Prendas, Ginástica

Fonte: Decreto Nº 1925 de 28 de Agosto de 1912, p 4 (ver anexo 4)

A carga-horária semanal total do currículo da Escola, em 1912, passou a ser de 115h, o que representou um aumento de 43h em relação a 1900. Deste aumento, as Ciências Naturais ocuparam 9%, e os outros 91% ficaram divididos entre os demais campos. O gráfico 3 apresenta a parcela ocupada por cada campo.

¹⁵ Pode-se atentar nesta configuração curricular de 1912 que se acrescentou um componente curricular no primeiro campo, concebido pela segunda cadeira de Português que versava sobre História da Língua e Noções de Latim e outros no último campo, reconhecido na retirada do Estudo de Constituição da Pátria e acréscimo de Prendas, Ginástica e Higiene Escolar.

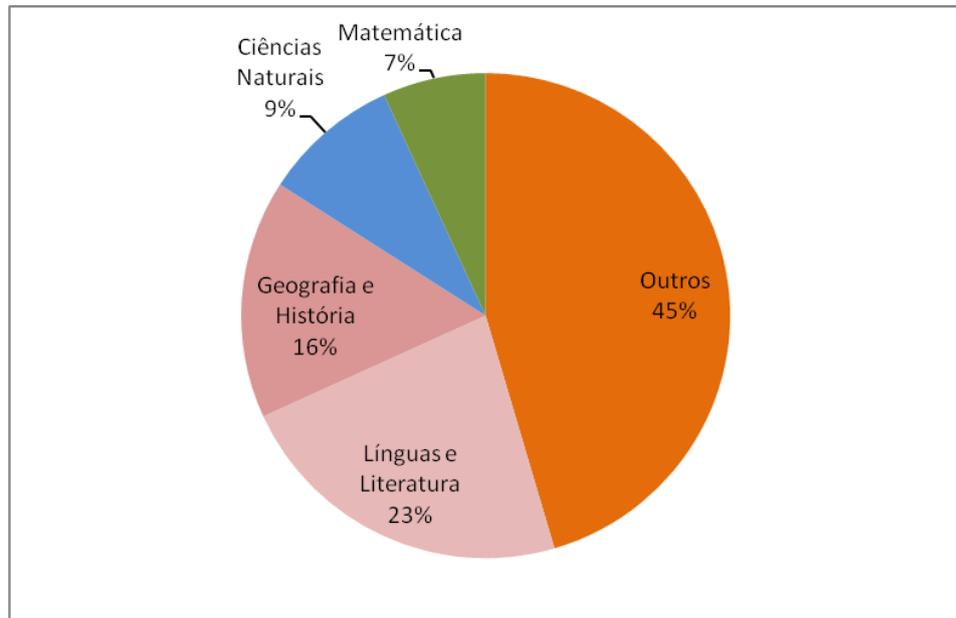


Gráfico 3: Divisão em porcentagem, com seus respectivos destinos, do aumento de carga ocorrido com a Reforma de 1912.

Fonte: Decreto Nº 1.925 de 28 de Agosto de 1912, p 4.

Deve-se atentar no gráfico que, enquanto se destinou 9% do aumento da carga horária curricular para as Ciências da Natureza, o campo da Educação não aparece no gráfico, isto porque perdeu 1h de carga-horária em relação a 1900.

Na configuração de 1912, destinaram-se as Ciências da Natureza 15h, ou seja, 4h a mais do que em 1900, mas em termos percentuais ela diminuiu. Esta nova carga-horária representou 13% do currículo total, demonstrando que o crescimento das Ciências Naturais não foi suficiente para superar o percentual curricular de 15% que ocupava em 1900. Estes percentuais podem ser vistos no gráfico 4, abaixo

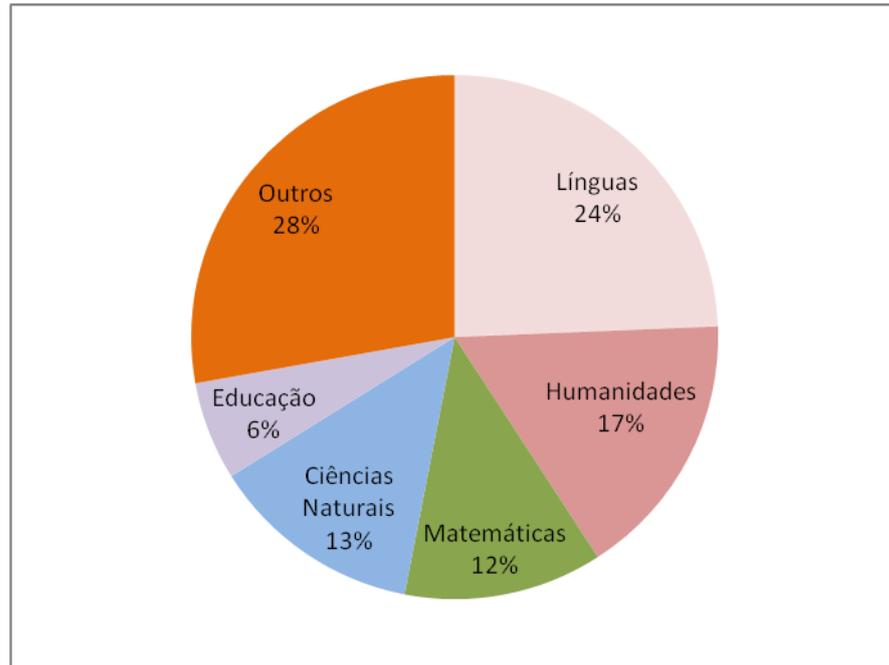


Gráfico 4: Porcentagem ocupada por cada campo de estudo de acordo com a Reforma de 1912.

Fonte: Decreto N° 1.925 de 28 de Agosto de 1912, p 4.

Entre as Ciências Naturais que faziam parte do currículo de 1912, a História Natural foi a disciplina que aumentou sua carga-horária, inclusive porque a Física e a Química se mantiveram com a carga antiga. De acordo com a Reforma de 1912, a Física e a Química foram separadas em cadeiras autônomas. O programa deste ano determinou que estas disciplinas, juntas, detivessem uma carga-horária de 6h semanais, permanecendo com a mesma carga-horária de 1900. A História Natural cresceu 4h semanais em relação à Reforma de 1900, ou seja, passou a ser ministrada em 9h por semana, o que representou um aumento de 80% sobre sua carga antiga.

Ao observar as quinze horas semanais destinadas às Ciências Naturais pela Reforma de 1912, é possível perceber que a Física e a Química ocupavam 40%, enquanto a História Natural 60%. A distribuição, em porcentagem, está ilustrada no gráfico 5.

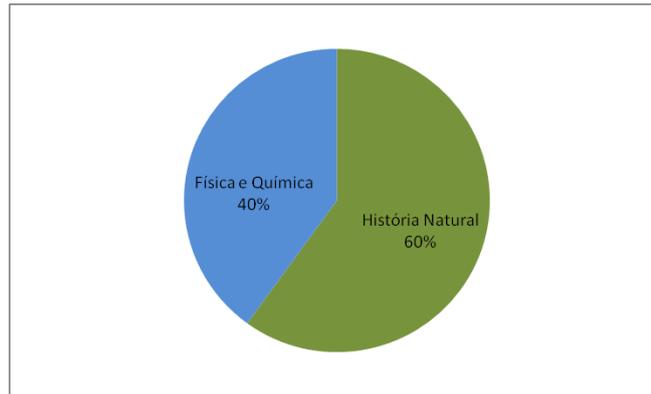


Gráfico 5: Descrição em porcentagem da carga-horária total de 11h semanais destinadas as Ciências Naturais, conforme a Reforma de 1912.

Fonte: Decreto N° 1925 de 28 de Agosto de 1912, p 4

A Escola Normal do Pará sofreu uma nova Reforma por meio do Decreto N° 3.062, de 12 de Fevereiro de 1914 (anexo 5). As Ciências Naturais presentes no currículo continuaram sendo a Física, a Química e a História Natural¹⁶. A tabela 24, abaixo, apresenta as disciplinas associadas a seus respectivos campos, de acordo com a Reforma de 1914.

TABELA 24

Apresenta as disciplinas que formavam o currículo da Escola Normal do Pará, discriminadas de acordo com áreas de estudos, conforme Reforma de 1914

Campos de Estudos	N° de disciplinas	Disciplinas
Ciências Naturais	3	Física e Química, História Natural
Matemáticas	3	Aritimética, Geometria e álgebra
Línguas e literatura	4	Português - 1ª Cadeira, Português - 2ª Cadeira, Francês e Literatura
Geografia e História	3	Geografia geral; Cosmografia; Chorografia do Brasil; História, especialmente da América e do Brasil
Educação	2	Psicologia e Pedagogia; Psicologia e Instrução Moral e Cívica
Outros	4	Higiene Geral, Desenho, Caligrafia, Ginástica, Música

Fonte: Decreto N° 3.062, de 12 de Fevereiro de 1914, p 4 (ver anexo 5)

Como salientado anteriormente, a Reforma de 1912 desmembrou Física e Química em duas cadeiras autônomas. A Reforma de 1914 manteve essa

¹⁶ Neste currículo se pode perceber as seguintes mudanças: a disciplina Música foi inserida e houve o retorno da disciplina Chorografia do Brasil, que havia saído com a Reforma de 1912.

autonomia, contudo salientou, no artigo 166, que “enquanto não for provida a cadeira resultante da divisão da de Física e Química e Higiene Geral, continuarão a funcionar sob a regência do antigo lente”. (Decreto N° 3.062 – de 12 de fevereiro de 1914, p 42). É importante perceber que, pelo menos durante dois anos, a Física, Química e Higiene foram ministradas pelo mesmo docente, demonstrando uma ligação que havia entre a Higiene e as Ciências Naturais.

A Escola Normal do Pará ainda sofreu outras duas Reformas, em 1918 e em 1924. Em ambas, as Ciências Naturais que constavam no currículo continuaram a ser a Física, a Química e a História Natural¹⁷. A tabela 25 apresenta as disciplinas, discriminadamente, em relação aos campos de estudo, de acordo a Reforma de 1924 (Anexo 6).

TABELA 25

Apresenta as disciplinas discriminadamente associadas aos campos de estudos conforme Reforma de 1924.

Campos de Estudos	N° de disciplinas	Disciplinas
Ciências Naturais	3	Física e Química, História Natural
Matemáticas	3	Aritmética, Geometria e álgebra
Geografia e História	3	Geografia geral; Cosmografia; Chorografia do Brasil; História, especialmente da América e do Brasil
Línguas e literatura	4	Português - 1ª Cadeira; Português - 2ª Cadeira; Português – 3ª Cadeira; Francês e Literatura
Educação	2	Psicologia e Pedagogia; Psicologia e Instrução Moral e Cívica
Outros	4	Higiene Geral, Desenho, Caligrafia, Ginástica, Música

Fonte: Decreto de N° 4.049 de 09 de Fevereiro de 1924 (Anexo 6)

Como se pode perceber desde o primeiro currículo da Escola Normal do Pará, de 1871, as Ciências Naturais já estavam presentes por meio da disciplina *Noções Gerais de Física, Química e Agricultura*. No segundo currículo, de 1874, as Ciências Naturais foram retiradas. Em 1900 as Ciências da Natureza se faziam presentes e ocupavam 15% da carga-horária curricular. No currículo de 1912, o percentual

¹⁷ A Reforma de 1918 não alterou o currículo, diferentemente da ocorrida em 1924, que associou a disciplina Datilografia à Caligrafia e inseriu três disciplinas: Português, terceira cadeira; Escrita Mercantil e Trabalhos Manuais.

dessas ciências foi de 13%. Os dados dos currículos de 1914, 1918 e 1924, analisados por esta pesquisa, não permitiram saber qual a carga-horária ocupada pelas Ciências Naturais.

No primeiro currículo da Escola Normal do Pará (1871), as Ciências Naturais que constavam foram a Física e a Química, sendo que estas dividiam espaço com a Agricultura. Estas ciências permaneceram no currículo de 1900, contudo sem dividir espaço com a Agricultura. Neste mesmo currículo, a História Natural foi outra ciência que constou. A partir de então, a Física, a Química e a História Natural se consolidaram no currículo normalista, de modo que constaram nos currículos de 1912, 1914, 1918 e 1924.

CONSIDERAÇÕES

A Escola Normal do Pará contribuiu para a introdução das Ciências Naturais na Amazônia, visto que, em 1871, as previu em seu primeiro currículo. O ensino dessas ciências foi previsto primeiramente, em 1851, pelo currículo do Liceu Paraense, que proporcionava o ensino secundário, sendo retirado em 1853, retornando em 1868 e depois removido em 1871. A partir de então, as Ciências da Natureza passaram a constar somente no currículo da Escola Normal e do ensino primário, visto que este nível previu seu ensino a partir de 1870.

O movimento das Ciências Naturais no currículo da Escola Normal do Pará se deu por meio da Física, Química e História Natural. Isto indica que a Escola estava em consonância com as tendências do mundo moderno: de laicização do conhecimento, de valorização dessas ciências em detrimento do recuo de outras, como Astronomia, e da desvalorização de outros saberes como as línguas clássicas Grego e Latim. Além destas tendências, a presença das Ciências Naturais reflete o aumento do interesse pelas questões científicas na região, uma vez que em 1866 se fundou, no Pará, a Associação Filomática, que era um grupo de amantes da ciência com interesses em desenvolvê-la.

Neste movimento, a Física e a Química constaram no primeiro currículo da Escola Normal, em 1871, contudo não de maneira autônoma, mas como constituintes da disciplina *Noções Gerais de Física, Química e Agricultura*. Esta disciplina foi retirada do currículo em 1874. Entre este ano e 1899, a pesquisa não conseguiu dados que permitissem analisar o momento do retorno dessas ciências. Entretanto, no programa de ensino de 1900, além da Física e da Química, outra ciência, a História Natural, fez-se presente. Estes três saberes estavam divididos em duas cadeiras: *Elementos de Física e Química* e *Elementos de História Natural*. A partir de então, estas ciências se consolidaram, de modo que nos currículos de 1912, 1914, 1918 e 1924 sempre estiveram presentes.

A História Natural foi a ciência mais valorizada no currículo normalista, visto que em 1900 ocupava uma carga-horária de 5h por semana, passando, em 1912, para 9h semanais. Nos demais currículos, não se pôde verificar a carga-horária. Esta valorização tem ligação com o próprio contexto da época, uma vez que esta ciência dominou de tal modo o cenário científico na segunda metade do século XIX, que os historiadores costumam ver este momento como a “Era dos Museus”, que

teve reflexos no Pará, pois na década de setenta se instalou o Museu de Etnografia e História Natural denominado Museu Paraense. Também se pode perceber o prestígio da História Natural na segunda metade do século XIX pelo fato de ter constado no currículo do ensino secundário do Rio de Janeiro – entre 1838 e 1890, pelo menos – que era a referência curricular para a instrução secundária do restante do país e ainda no currículo primário – 1879 a 1890, pelo menos.

A Química no currículo da Escola Normal do Pará, de 1900 e 1912, manteve-se com uma carga-horária de 3h semanais. Sua presença nesta instituição, desde o primeiro currículo, de 1871, reflete o prestígio que este saber adquiriu na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX, pois se fez presente nos currículos Primário (1879 a 1890, pelo menos), Secundário (1838 a 1890, pelo menos) e Normal (1888 e 1890, pelo menos) do Rio de Janeiro, principal modelo educacional brasileiro. Outro indicativo da valorização da Química consistiu na expansão, sem precedentes, por que passou, tanto que na Amazônia se criou a Escola de Química Industrial do Pará na década de 1920.

A Física, que sempre esteve presente nos currículos da Escola Normal do Pará, em 1900 e 1912, manteve uma carga-horária de 3h por semana. Embora esta ciência, no Pará, só tenha se instituído como campo de pesquisa e aplicação após o período em que estamos estudando, já na fase inicial da Escola se percebe que a Física era prestigiada por meio de movimentos cientificistas que a difundiam, como o Positivismo, que a via como uma disciplina fundamental para o desenvolvimento da racionalidade e das outras ciências. Outro indicativo do prestígio foi a presença constante nos currículos primário, secundário e normal do Rio de Janeiro durante toda metade do século XIX.

De modo geral, a Física, a Química e a História Natural foram as ciências da natureza que constaram na estrutura do currículo da Escola Normal do Pará. O movimento dessas ciências, neste currículo, refletiu o contexto amazônico, que desde a segunda metade do século XIX teve a intenção de valorizar as Ciências Naturais, seja por sua inserção no currículo primário e secundário do Pará ou na emergência de instituições como o Museu Paraense (1866) e a Escola de Química Industrial (1920). Outro contexto refletido pelo movimento científico em questão diz respeito ao contexto nacional, uma vez que os currículos do ensino primário, secundário e normal do Rio de Janeiro, capital do país, previram o ensino da Física,

Química e História Natural. Por fim, a presença destas três ciências na Escola Normal do Pará refletiu o cenário do mundo moderno, uma vez que estas ciências se expandiram e solidificaram.

Bibliografias

ALMEIDA, Jane Soares de. *Currículos da Escola Normal Paulista (1846-1920): revendo uma trajetória*, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, V 76, N°184, p 665 a 689, setembro a dezembro, 1995.

ALMEIDA, Ruy Guilherme de Castro. *A Física nas Instituições de Ensino do Pará (1904-1961)*. 120 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Física, Centro de Ciências Exatas e Naturais, Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

ALVES, José Jerônimo de Alencar. *Luzes que se Encurvam no Céu: Einstein Mito e Ciência*, Belém, EDUFPA, 2000.

_____. *O Cientificismo da França para a Amazônia: O Positivismo de Lauro Sodré*. In ALVES, José Jerônimo de Alencar (org) *Múltiplas Faces da História das Ciências na Amazônia*, Belém, EDUFPA, 2005.

ARARIPE, Cristão Alencar. *Fala com que o Excelentíssimo Conselheiro Cristão Alencar Araripe, Presidente da Província abril a Seção Extraordinária da Assembléia Legislativa Provincial no dia 5 de novembro de 1885*. Tipografia do Diário de Notícias, 1886. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1024/> , consultado em 10/08/2010.

AZEVEDO, Pedro Vicente de. *Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial na Primeira Sessão da 19ª Legislatura pelo Presidente da Província do Pará, o Excelentíssimo senhor doutor Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1874*. Pará, Typ. do Diario do Gram-Pará, 1874. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/541/> , Consultado em 10/08/2010.

BASSALO, José Maria Filardo, LIMA, Waterloo Napoleão de. *Pesquisadores Franceses em Belém do Pará*, In HAMBURGER, Amélia Império et al, *A Ciências nas Relações Brasil-França*, São Paulo, Edusp/Fapesp, 1996.

BERGO, Antônio Carlos. *Darwinismo Social e Educação no Brasil*, Tese de Doutorado Apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: O Peso da Glória*, São Paulo, Editora Nacional, 1978.

CRUZ, Ernesto. *História de Belém*, Belém, Editora da Universidade Federal do Pará, 1973.

CUNHA, José Joaquim da. *Fala com que o Excelentíssimo Senhor Dr. José Joaquim da Cunha, Presidente desta Província, dirigiu a Assembléia Legislativa Provincial na Abertura da Mesma Assembléia no dia 15 de agosto de 1853*. Pará, Tipografia de Santos & filhos, 1853. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/514/> , Consultado em 10/08/2010.

D'AGUIAR, Fausto Augusto. *Relatorio Apresentado ao Excelentíssimo Senhor. Dr. José Joaquim da Cunha, Presidente da Provincia do Gram Pará, pelo Comendador Fausto Augusto d'Aguiar por Ocasão de Entregar-lhe a Administração da Provincia no dia 20 de agosto de 1852.* Pará, Typ. de Santos & filhos, 1852. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/513/> , consultado em 10/08/2010.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, In DANTES, Maria Amélia M (org), *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2001.

DUARTE, Dércio Pena. *Bases para o espírito: Ferreira Penna, ciência e educação na Província do Grão-Pará (1866 – 1891)*, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Instituto de Educação Matemática e Científica, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

FIGUEREDO, *Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Presidente da Província, Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, entregou a Administração da Província do Gram Pará ao Excelentíssimo Senhor 2º Vice- Presidente Coronel Miguel Antônio Pinto Guimarães em 16 de maio de 1869.* Pará, Tipografia do Diário do Gram Pará, 1869. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1012/> , consultado em 10/08/2010.

FRANÇA. Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. *Raízes Históricas do Ensino Secundário Público na Província do Grão-Pará: O Liceu Paraense 1840-1889*, Dissertação de Mestrado, Departamento de Filosofia e História da Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

GRAÇA, Abel. *Relatório Apresentado á Assembléia Legislativa Provincial na Primeira Sessão da 17ª Legislatura pelo Quarto Vice-Presidente, Dr. Abel Graça.* Pará, Tipografia. do Diário do Gram-Pará, 1870. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/535/> , Consultado em 10/08/2010.

HOBBSAWM, Eric j. *A era dos impérios, 1875-1914*, 13ª Ed. São Paulo, Paz e Terra, 2009.

KULESZA, Wojciech Andrzej. *A Institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910)*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, V 79, nº 193, Brasília, p. 63-71, set./dez. 1998.

KULESZA, Wojciech Andrzej. *O Currículo da Escola Normal: feitio e tendências*. IN Congresso Luso Brasileiro de História da Educação, 06, 2006, Uberlândia, MG. Anais do VI Congresso Luso- Brasileiro de História da Educação, Uberlândia, MG, UFU, 2006.

Disponível em:

<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/337WojciechKulesza.pdf>

MACHADO, Diego Ramon Silva. *A Lição de Coisas: o Museu Paraense e o Ensino da História Natural (1889 – 1900)*. Dissertação (Mestrado), Instituto de Educação Matemática e Científica, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

NOGUEIRA, Octaciano. *Constituições Brasileiras: 1824, v 1*, Brasília, Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. *Educando pelo corpo: saberes e práticas na instrução pública primária nos anos finais do século XIX*, IN BENCOSTTA, Marcus Levy (org), *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*, São Paulo, Cortez, 2007

POLANCO, Xavier . World Science: “How the history of World science to be written?”. In PETITJEAN, JAMI and MOULIN (orgs), *Science and Empire*. London: Kluwer Academic, 1992, p.225-42

ROHAN, Henrique de Beaurepaire Relatório Apresentado á Assembléia Legislativa Provincial do Pará no dia 15 de agosto de 1857, por ocasião da abertura da Segunda Sessão da 10ª Legislatura da mesma Assembléia, pelo presidente, Henrique de Beaurepaire Rohan. Tipografia de Santos & filhos, 1857. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/519/> , Consultado em 10/08/2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Apresentação*, In GOODSON, Ivor F. *Currículo: teoria e história*, 8ed, Tradução de Atílio Bruneta, Petrópolis, Editora Vozes, 2008.

SOUZA, Altamir. *Apontamentos para a história do Instituto de Educação do Pará*, Belém, Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1972.

SOUZA, Rosa Fátima. *Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil*, Cadernos CEDES, ano XX, Nº 51, novembro, 2000.

TANURI, Leonor Maria. *A História da Formação de Professores*. Revista Brasileira de Educação, Nº 14, p 61 – 88, maio a agosto, 2000.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael. *Idéias Educacionais Transnacionais e o Ensino Secundário Brasileiro: o Imperial Collegio de Pedro II como uma Versão do Ensino Secundário Francês*, Atas do VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, Porto, 2008

VIELLA, Heloisa de Oliveira Santos. *A Primeira Escola Normal do Brasil: uma contribuição à história da formação de professores*, 1990, 286 p, Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

_____ *Entre o “saber fazer” e a profissionalização: a Escola Normal do Século XIX e a constituição da cultura profissional docente*, In MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck, CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira (orgs.), *Autores Associados*, 2005, p 77 – 101.

_____ Do Artesanato à Profissão: Representações sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Camara. (orgs.). Histórias e Memórias da Educação no Brasil, vol II – Século XIX, Petrópolis, Editora Vozes, 2005, p 104 – 115.

ZOTTI, Solange Aparecida. Organização do ensino primário no Brasil: uma leitura da história do currículo oficial. IN LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs), Navegando na História da Educação Brasileira. Campinas, São Paulo, 2003, 1 CD ROM Artigo Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_102.html

LEIS, DECRETOS E REGULAMENTOS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO

Regulamento N° 8, de 31 de janeiro de 1838 – Contém os estatutos para o Colégio de Pedro II. In Coleção de Leis do Império do Brasil, Tomo I, 2ª parte. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/artigo_011.html , consultado em 10/08/2010.

Decreto N° 1331, de 17 de fevereiro de 1854 – Aprova o regulamento para a Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte. In Coleção de Leis do Império do Brasil, Tomo 17, 2ª parte, seção 12. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/artigo_004.html , consultado em 10/08/2010.

Decreto N° 7247, de 19 de abril de 1879 – Reforma o Ensino Primário e Secundário na Corte e o Superior em todo o Império. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/artigo_009.html ; consultado em 10/08/2010.

Decreto N° 10.000, de 13 de outubro de 1888 – Dá novo regulamento a Escola Normal. In, CASTANHA, André Paulo. *Reforma da Escola Normal da Corte de 1888*. Apresentação, Revista HISTEDBR On-line. Ed 32, link documentos, dezembro de 2008. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/32/doc02_32.pdf , consultado em 10/08/2010.

Decreto N° 981, de 08 de novembro de 1890 – Aprova o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm , consultado em 10/08/2010.

LEIS, RESOLUÇÕES E PORTARIAS DO PARÁ

Lei N° 97, de 28 de junho, de 1841 – Regulamenta a Instrução Pública Paraense. Apud, FRANÇA. Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. *Raízes Históricas do Ensino Secundário Público na Província do Grão-Pará: O Liceu Paraense 1840-1889*, Dissertação de Mestrado, Departamento de Filosofia e História da Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

Lei N° 203, de 27 de Outubro, de 1851 – Reforma a Instrução Primária e Secundária. In Coleção de Leis da Província do Gram Pará, Tomo XIII. Typografia do Diário do Gram Pará. Arquivo Público. CENTUR – Setor de Obras Raras.

Lei N° 669, de 13 de abril de 1871 – Cria a Escola Normal do Pará e autoriza o presidente da Província a reformar a Instrução Primária e Secundária. In Coleção de Leis da Província do Gram Pará, Tomo XXXIII. Typografia do Diário do Gram Pará. Arquivo Público.

Portaria de 9 de Junho de 1874 – Cria e Regulamenta a Escola Normal do Pará. In Coleção de Leis da Província do Gram Pará, Tomo XXXVI. Typografia do Diário do Gram Pará. CENTUR, setor de obras raras.

Decreto N° 809, de 25 de Janeiro de 1900 – Reforma a Escola Normal do Pará. Imprensa Oficial do Estado do Pará. CENTUR, setor de obras raras.

Decreto N° 1925, de 28 de Agosto de 1912 – Dá nova organização a Escola Normal. Imprensa Oficial do Estado do Pará. CENTUR, setor de obras raras.

Decreto N° 3062, de 12 de Fevereiro de 1914 - Dá nova organização a Escola Normal. Imprensa Oficial do Estado do Pará. CENTUR, setor de obras raras.

Decreto N° 3377, de 21 de junho de 1918, Altera o regulamento da Escola Normal do Pará. Imprensa Oficial do Estado do Pará. CENTUR, setor de obras raras.

Decreto N° 4049, de 9 de Fevereiro de 1924, Dá novo regulamento a Escola Normal do Pará. Imprensa Oficial do Estado do Pará. CENTUR, setor de obras raras.

FALAS E RELATÓRIOS DA PROVÍNCIA DO GRÃO PARÁ

ARARIPE, Cristão Alencar. *Fala com que o Excelentíssimo Conselheiro Cristão Alencar Araripe, Presidente da Província abriu a Seção Extraordinária da Assembléia Legislativa Provincial no dia 5 de novembro de 1885.* Tipografia do Diário de Notícias, 1886. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1024/> , consultado em 10/08/2010.

AZEVEDO, Pedro Vicente de. Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial na Primeira Sessão da 19ª Legislatura pelo Presidente da Província do Pará, o Excelentíssimo senhor doutor Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1874. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1874. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/541/> , Consultado em 10/08/2010.

CUNHA, José Joaquim da. Fala com que o Excelentíssimo Senhor Dr. José Joaquim da Cunha, Presidente desta Província, dirigiu a Assembléia Legislativa Provincial na Abertura da Mesma Assembléia no dia 15 de agosto de 1853. Pará, Tipografia de Santos & filhos, 1853. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/514/> , Consultado em 10/08/2010.

D'AGUIAR, Fausto Augusto. *Relatório Apresentado ao Excelentíssimo Senhor. Dr. José Joaquim da Cunha, Presidente da Província do Gram Pará, pelo Comendador Fausto Augusto d'Aguiar por Ocasão de Entregar-lhe a Administração da Província no dia 20 de agosto de 1852.* Pará, Typ. de Santos & filhos, 1852. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/513/> , consultado em 10/08/2010.

FIGUEREDO, *Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Presidente da Província, Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, entregou a Administração da Província do Gram Pará ao Excelentíssimo Senhor 2º Vice- Presidente Coronel Miguel Antônio Pinto Guimarães em 16 de maio de 1869.* Pará, Tipografia do Diário do Gram Pará, 1869. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1012/> , consultado em 10/08/2010.

GRAÇA, Abel. *Relatório Apresentado á Assembléia Legislativa Provincial na Primeira Sessão da 17ª Legislatura pelo Quarto Vice-Presidente, Dr. Abel Graça.* Pará, Tipografia. do Diário do Gram-Pará, 1870. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/535/> , Consultado em 10/08/2010.

LISTA DE ANEXOS

- Anexo 1 – Currículo previsto pela Reforma de 1888 para a Escola Normal do Rio de Janeiro, discriminado por disciplinas, associadas a respectiva carga-horária semanal e organizadas por campo de estudos
- Anexo 2 – Gráfico que apresenta a porcentagem ocupada por cada campo de estudos no currículo previsto pela Reforma de 1888 para a Escola Normal do Rio de Janeiro.
- Anexo 3 – Regulamento para Escola Normal do Pará, determinado pelo Decreto N° 1925, de 28 de Agosto de 1900.
- Anexo 4 - Regulamento para Escola Normal do Pará, determinado pelo Decreto N° 809, de 25 de Janeiro de 1912.
- Anexo 5 - Regulamento para Escola Normal do Pará, determinado pelo Decreto N° 3062, de 12 de Fevereiro de 1914.
- Anexo 6 - Regulamento para Escola Normal do Pará, determinado pelo Decreto N° 4049, de 09 de Fevereiro de 1924.

ANEXO 1

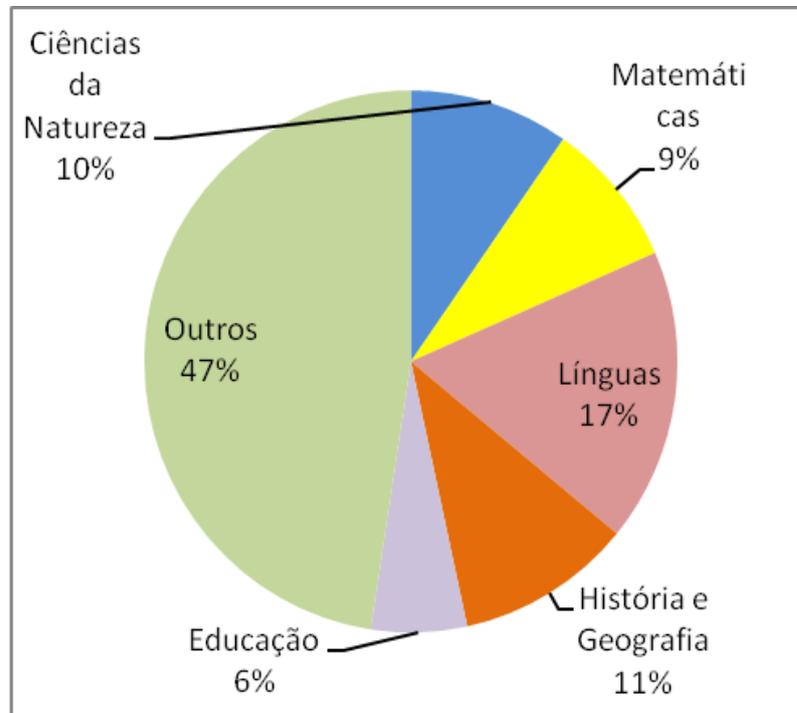
Currículo previsto pela Reforma de 1888 para a Escola Normal do Rio de Janeiro, discriminado por disciplinas, associadas a respectiva carga-horária semanal e organizadas por campo de estudos.

Disciplinas	1º Ano horas semanais	2º Ano horas semanais	3º Ano horas semanais	Total de Carga-Horária	Campos de Estudos	Carga-horária total de cada campo
Ciências Naturais	1	2	3	6	Ciências da Natureza	10
Física e Química		2	2	4		
Matemáticas	3	3	3	9	Matemáticas	9
Português	4	3	3	10	Línguas	18
Francês	3	3	2	8		
Geografia	1	1	1	3	História e Geografia	11
História	3	3	2	8		
Pedagogia	1	1	1	3	Educação	6
Instrução moral e cívica	1	1	1	3		
Escrita	1	1		2	Outros	49
Desenho	4	4	6	14		
Musica	2	2	2	6		
Trabalhos Manuais	3	2	2	7		
Trabalhos de agulhas	3	2	2	7		
Ginástica e exercícios militares	2	2	2	6		
Ginástica para as alunas	2	2	2	6		
Religião	1			1		
				103		

Fonte: BRASIL, Decreto n° 10.000 de 13 de outubro de 1888.

ANEXO 2

Gráfico que apresenta a porcentagem ocupada por cada campo de estudos no currículo previsto pela Reforma de 1888 para a Escola Normal do Rio de Janeiro.



Fonte: BRASIL, Decreto nº 10.000 de 13 de outubro de 1888.

ANEXO 3

Regulamento para a Escola Normal

—(o)—

TITULO I

Da organização da Escola Normal

CAPITULO I

DO FIM DA ESCOLA, SEU CURSO, PROGRAMMAS DO ENSINO

SECÇÃO I

DO FIM DA ESCOLA

Art. 1.—A Escola Normal tem por fim proporcionar a instrução necessaria á formatura de professores de ambos os sexos, para o ensino do curso primario.

Art. 2.—O ensino ministrado na Escola Normal será gratuito e leigo.

SECÇÃO II

DO CURSO

Art. 3.—O curso da Escola Normal comprehenderá as seguintes disciplinas:

- Portuguez,
- Noções de litteratura,
- Francez,
- Mathematica elemental,
- Elementos de physica e chimica,
- Geographia,

—6—

Chorographia do Brazil,
Cosmographia,
Noções de historia universal,
Historia dos povos americanos, especialmente do Brazil,
Pedagogia e direccção de escolas,
Legislação do ensino,
Educação moral e civica,
Estudo da Constituição Patria e da do Estado,
Calligraphia,
Desenho.

Art. 4.—As disciplinas acima, com o numero de horas de aulas, por semana, serão distribuidas por quatro annos de estudos da maneira seguinte.

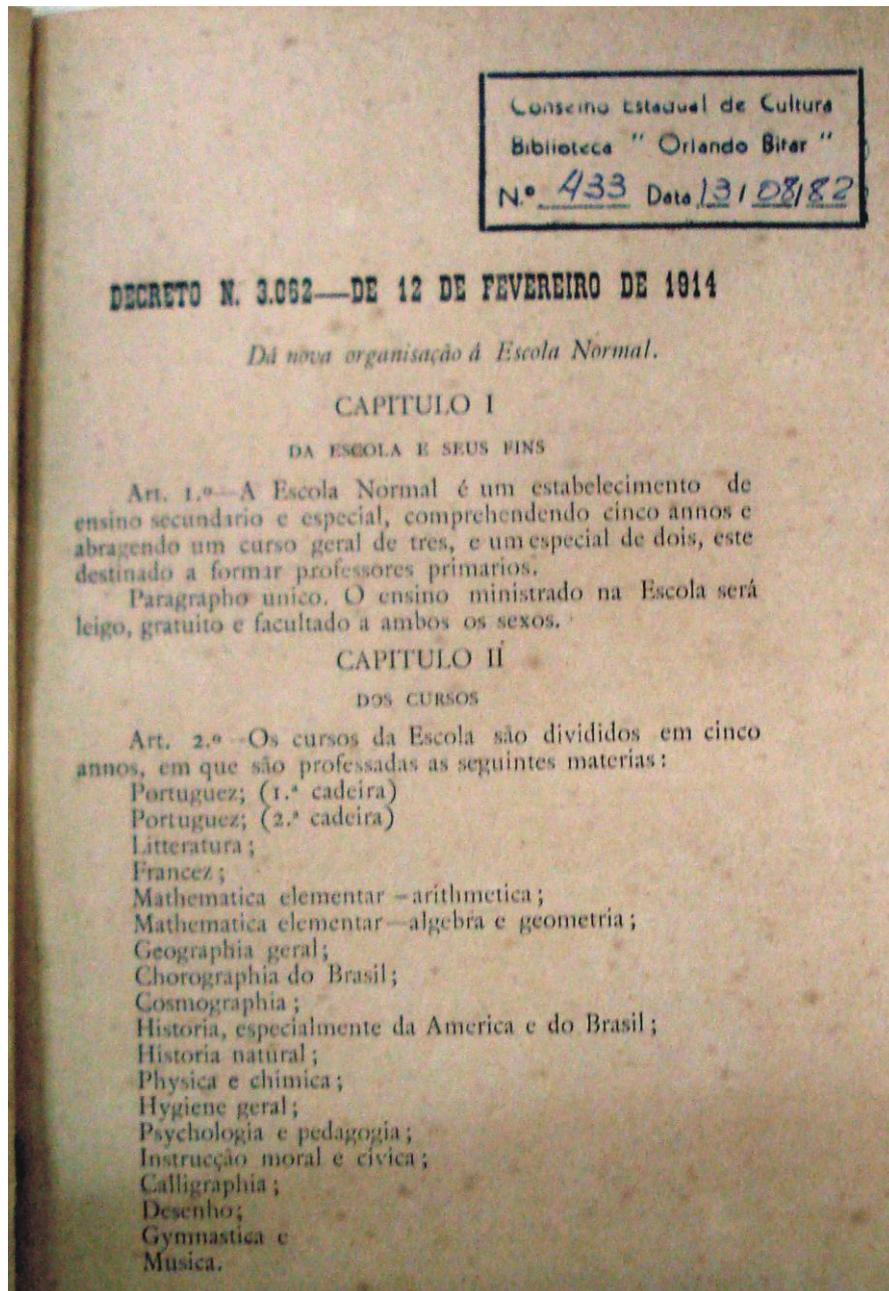
	1.º ANNO	2.º ANNO	3.º ANNO	4.º ANNO	
Port. (1ª cad.)	3	Port. (1ª cad.)	3	Port. (2ª cad.)	3
Francez	3	Francez	3	Hist. Univ.	3
Algebra	5	Algebra	3	Hist. dos povos	3
Geometria	3	Geometria	3	Pedagogia	3
Desenho	2	Chorog. do Br.	2	Physica	3
Calligraphia	2	Desenho	2	Cosmographia	1
		Calligraphia	2	Leg. do ensino	2
				Hist. natural	3
				Est. das Const.	2
	18		18		18

Art. 5.—Ao estudo das disciplinas acima, acompanhará o ensino pratico aos alumnos—mestres, nas escolas—modelo annexas á Escola Normal, dado desde o primeiro anno em turnas de dois para cada curso, sendo os do 1.º anno exercit. dos no ensino do curso elemental, os do 2.º no do curso medio e os do 3.º e 4.º no do superior.

Art. 6.—Haverá na Escola Normal para o ensino das disciplinas enumeradas no art. 3 os seguintes lentes e professores:

- Um de portuguez (1ª cadeira),
- Um de portuguez e litteratura (2ª cadeira),
- Um de francez,
- Um de arithmetica,
- Um de algebra e geometria,
- Um de elementos de physica e chimica,
- Um de elementos de historia natural,
- Um de geographia, chorographia do Brazil e cosmographia,
- Um de noções de historia universal e historia dos povos americanos, especialmente do Brazil,
- Um de pedagogia, direccção de escolas e legislação do ensino,
- Um de educação moral e civica, estudo das constituições patria e do Estado,
- Uma professora de calligraphia,
- Um professor de desenho.

ANEXO 5



ANEXO 6

